

# Índice

---

## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

## 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	12
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	13
3.9 - Outras Informações Relevantes	14

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	15
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	17
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	19
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	44
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	45
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	46
4.7 - Outras Contingências Relevantes	47
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	48

# Índice

## 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	49
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	50
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	51
5.4 - Programa de Integridade	52
5.5 - Alterações significativas	53
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	54

## 6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	55
6.3 - Breve Histórico	56
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	57
6.6 - Outras Informações Relevantes	58

## 7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	59
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	60
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	61
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	62
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	63
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	64
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	65
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	66
7.8 - Políticas Socioambientais	67
7.9 - Outras Informações Relevantes	68

## 8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	69
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	70
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	71

## Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	72
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	73
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	74
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	75
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	76
9.2 - Outras Informações Relevantes	78
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	79
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	86
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	88
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	89
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	91
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	92
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	93
10.8 - Plano de Negócios	94
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	96
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	97
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	98
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	99
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	100
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	101
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	102
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	103
12.7/8 - Composição Dos Comitês	106

## Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	107
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	108
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	110
12.12 - Outras informações relevantes	111

### 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	112
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	116
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	120
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	121
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	122
13.6 - Opções em Aberto	123
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	124
13.8 - Precificação Das Ações/opções	125
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	126
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	127
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	128
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	129
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	130
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	131
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	132
13.16 - Outras Informações Relevantes	133

### 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	134
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	135
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	136

## Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	137
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	138
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	139
15.3 - Distribuição de Capital	142
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	143
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	144
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	145
15.7 - Principais Operações Societárias	146
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	147
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	148
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	149
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	150
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	151
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	152
17.2 - Aumentos do Capital Social	153
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	154
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	155
17.5 - Outras Informações Relevantes	156
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	157
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	158
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	159

## Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	160
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	161
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	162
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	163
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	164
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	165
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	166
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	167

### 19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	168
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	169
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	170

### 20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	171
20.2 - Outras Informações Relevantes	172

### 21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	173
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	174
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	175
21.4 - Outras Informações Relevantes	176

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Paulo Henrique Oliveira de Menezes**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**1.1 – Declaração do Diretor Presidente****DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE**

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO, brasileiro, químico industrial, separado judicialmente, portador da cédula de identidade nº 0311928, expedida pelo CRQ – 3º Região, inscrito no CPF/MF sob o nº 723.515.007-68, com endereço comercial na Avenida Brasil, 3141 – Manginhos, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor Presidente da Refinaria de Petróleos de Manginhos S.A - Em Recuperação Judicial, vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”), declarar que:

- a. Reviu o Formulário de Referência da Companhia (“Formulário de Referência”);
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480/09, em especial os artigos 14 a 19; e
- c. O Conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021

---

JORGE LUIZ CRUZ MONTEIRO  
Diretor-Presidente

**1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores****DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 07.023.044-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 829.204.357-87, com endereço comercial na Avenida Brasil, 3141 – Manguinhos, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A - Em Recuperação Judicial, vem nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”), declarar que:

- a. Reviu o Formulário de Referência da Companhia (“Formulário de referência”);
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM 480/09, em especial os artigos 14 a 19; e
- c. O Conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2021

---

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DE MENEZES  
Diretor de Relações com Investidores

**1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores****DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE/DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

Não há necessidades de apresentação deste item, devido ao fato de os cargos de diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores serem ocupados por pessoas diferentes e estarem descritos no item 1.1 e 1.2 deste formulário.



**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	13-2
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Nelson de Almeida Costa
<b>CPF/CNPJ</b>	221.550.907-49
<b>Data Início</b>	02/05/2016
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Exame das demonstrações contábeis para os exercícios de 2015 a 2019: Auditoria das demonstrações contábeis, Auditoria trabalhista/previdenciária e Auditoria trimestral - Revisão ITR/CVM.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	R\$ 70.000,00 para o exercício de 2017 e os demais exercícios serão corrigidos pelo IGP-M
<b>Justificativa da substituição</b>	Não Aplicável
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não Aplicável

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>DATA_INICIO_ATUACAO</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Tiago Gotierre de Assis	15/10/2019	317.858.198-79	Av. Brasil, 3141, Benfica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20930-041, Telefone (021) 36135530, Fax (021) 36135530, e-mail: ri@refit.com.br

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	1299-8
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	INFORCONT - AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	09.496.375/0001-69
<b>Data Início</b>	01/06/2020
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das demonstrações contábeis, para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis individuais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e revisão limitada e emissão de respectivos relatórios das Informações Trimestrais (ITR) dos exercícios de 2020 e 2021, de acordo com a NBC TR 2410 - Revisão de Informações contábeis intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Para os serviços auditoria externa dos exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 e revisão dos relatórios de Informações Trimestrais (ITR) dos exercícios de 2020 e 2021 a remuneração total será de R\$ 528.000 (quinhentos e vinte e oito mil reais)
<b>Justificativa da substituição</b>	A substituição do Auditor visa a aplicação da rotatividade de auditores independentes prevista no artigo 31 da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999.

**Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor**

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Carlos Alberto Borges Bastos	01/01/2020	041.457.207-68	Rua Mairink Veiga nº 4, sala 1501, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-050, Telefone (021) 997194417, Fax (021) 997194417, e-mail: inforcontauditores@gmail.com
José Luiz Pereira Alves	22/04/2022	048.148.007-20	Rua Mairink Veiga nº 4, sala 1501, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20090-050, Telefone (021) 997194417, Fax (021) 997194417, e-mail: inforcontauditores@gmail.com

## 2.3 - Outras Informações Relevantes



### 2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2020)</b>	<b>Exercício social (31/12/2019)</b>	<b>Exercício social (31/12/2018)</b>
Patrimônio Líquido	-3.192.398.000,00	-2.779.487.000,00	-2.551.127.000,00
Ativo Total	3.273.756.000,00	2.489.899.000,00	1.797.759.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.495.594.000,00	1.185.113.000,00	1.011.894.000,00
Resultado Bruto	-110.378.000,00	37.917.000,00	65.403.000,00
Resultado Líquido	-412.986.000,00	-228.463.000,00	-177.071.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	67.691.629	67.691.629	67.691.629
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-47,160898	-41,061015	-37,687481
Resultado Básico por Ação	-6,099883	-3,375055	-2,615848

### 3.2 - Medições Não Contábeis



**3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**a. informar o valor das medições não contábeis**

**b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

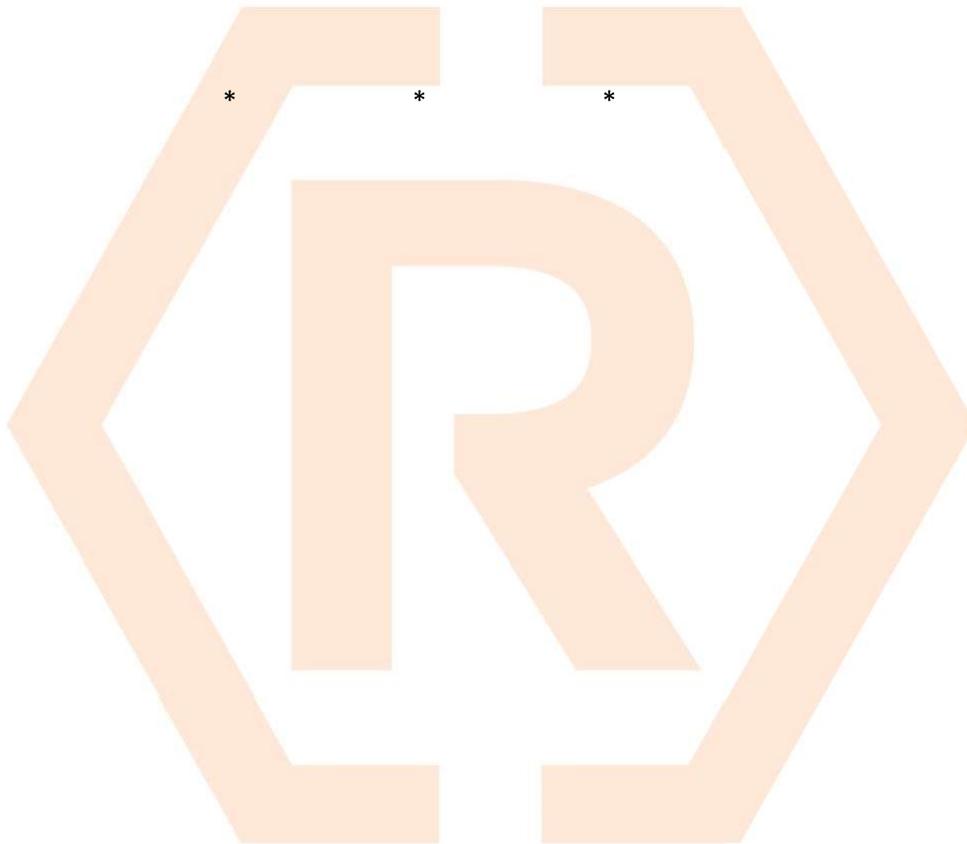
\* \* \*

### 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras



#### 3.3. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados



**3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:**

**a. regras sobre retenção de lucros**

**b. regras sobre distribuição de dividendos**

**c. periodicidade das distribuições de dividendos**

**d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

**e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

**3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado			-1.770.710,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)			0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)			0,000000
Dividendo distribuído total			0,00
Lucro líquido retido			0,00
Data da aprovação da retenção			

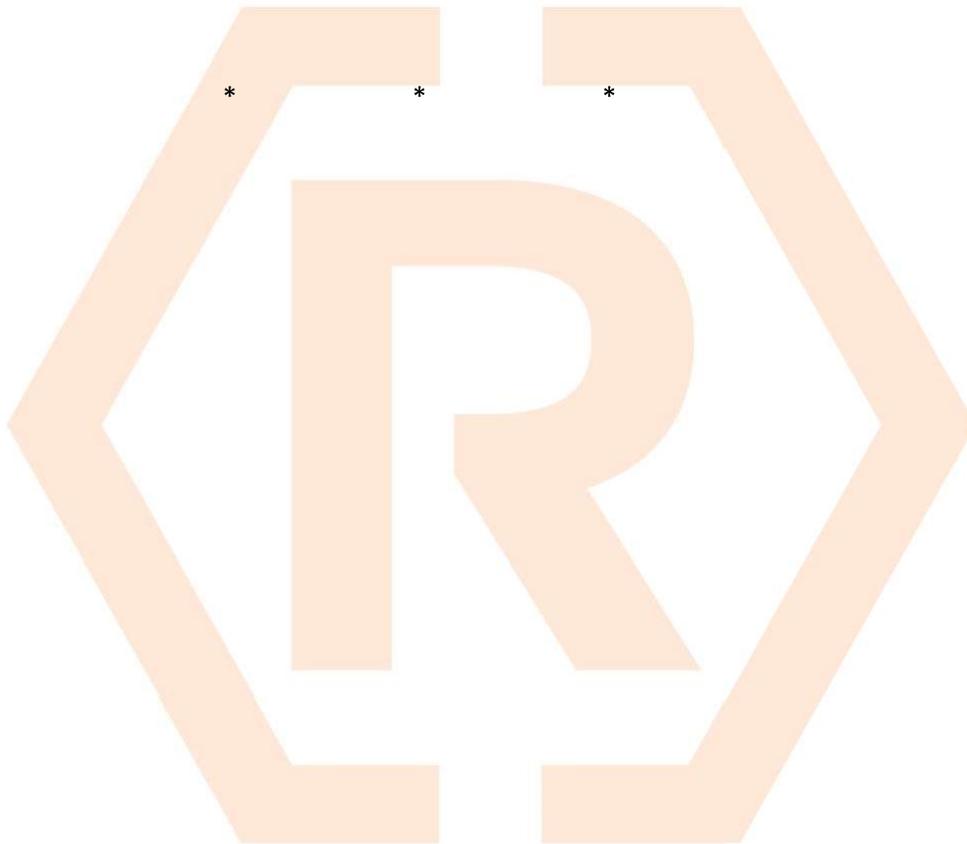
Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
					0,00	

### 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas



**3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



### 3.9 - Outras Informações Relevantes



#### 3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



### 4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

#### a. Ao emissor

Os fatores de risco relacionados ao emissor, que de alguma maneira poderiam influenciar a decisão de investimentos, se devem, basicamente, a eventuais altas de preços de matérias primas e insumos, praticados no mercado internacional, uma vez que a maioria dos produtos da cadeia do petróleo possuem seus preços regulados pelo mercado internacional.

Outros fatores a serem considerados são os riscos inerentes à Liquidez da Companhia decorrente da sua estrutura de Capital, e os riscos de Crédito e riscos Cambiais inerentes à consecução dos seus negócios.

#### b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A Companhia não vislumbra qualquer risco relacionado a seu acionista controlador, isto porque grande parte dos investimentos que vem sendo aplicados para a reestruturação da Companhia são oriundos do caixa de sua controladora, que vem saneando a Companhia, implementando uma administração profissional, com diretores e membros do Conselho de Administração, atuantes no ramo petrolífero, com vasta experiência neste segmento.

#### c. A seus acionistas

A Companhia poderá obter recursos adicionais no futuro via colocação pública de ações ou outros títulos e valores mobiliários. A captação de recursos por meio da emissão de ações poderá acarretar na diluição da participação acionária dos atuais acionistas da Companhia caso esses não adquiram ações suficientes para manter sua proporção no Capital Social.

#### d. A suas controladas e coligadas.

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são substancialmente os mesmos relacionados à Companhia.

#### e. A seus fornecedores

A Companhia vem conseguindo ampliar seu acesso a fornecedores internacionais de petróleo, bem como melhorar as condições de preço e pagamento na aquisição de matéria-prima. Visando construir um ambiente de negócios mais seguro e estável, a Companhia tem discutido com fornecedores a possibilidade de estabelecer contratos de fornecimento de médio prazo. Dessa forma, ela conseguirá garantir não apenas a entrega regular de insumos, mas também proteger-se das oscilações de mercado no que tange à disponibilidade e preço dos produtos.

#### f. A seus clientes

Com relação aos clientes existe o risco de crédito em decorrência da crise econômica que pode vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia não vem observando problemas de não realização relevantes e mantém

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela sua administração para cobrir possíveis perdas.

### **g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue**

A Companhia vem enxergando o cenário bastante favorável ao mercado de refino mediante a consolidação da mudança da política de preços subsidiados praticada pela Petrobrás, além de enxergar a transformação do ambiente competitivo a partir da venda das refinarias da Petrobrás para players diferentes onde ela diminuirá sua participação de mercado.

### **h. À regulação dos setores em que o emissor atue.**

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia vem enxergando o cenário bastante favorável ao mercado de refino mediante a consolidação da mudança da política de preços subsidiados praticada pela Petrobrás, além de enxergar a transformação do ambiente competitivo a partir da venda das refinarias da Petrobrás para players diferentes onde ela diminuirá sua participação de mercado.

### **i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue**

A Companhia tem relacionamento com países estrangeiros somente nas importações de matéria prima e produto acabado (exclusivamente Diesel).

### **j. As questões socioambientais**

A Companhia possui licença de operação emitida pelo INEA - Instituto Estadual do Ambiente, para realizar as atividades de recebimento, tratamento e processamento de insumos (petróleos e derivados - naftas, condensados de petróleo, aromáticos, óleo diesel, blend's de petróleo - recons, etanol e biodiesel) via oleoduto ou modal rodoviário; refino de petróleo nos trens de destilação e2002 e e2004 com capacidade para processamento de 14.300bpd; produção de gasolina tipo A, diesel, solventes especiais e outros derivados de petróleo; armazenamento e movimentação de combustíveis; tratamento de águas oriundas do petróleo e de efluentes; e recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

Também possui licença ambiental para as atividades de seu oleoduto com 6.818 m de extensão (sendo 3.543 m de trecho terrestre e 3.275 m de trecho marítimo) destinado a transferência de álcool, petróleo e derivados - nafta, condensados, aromáticos e óleo diesel - entre o quadro de boias, localizado na Baía de Guanabara, e a Companhia.

A empresa também realiza auditorias anualmente, visando o aprimoramento contínuo do setor de Meio Ambiente. Com a consolidação da implementação de seu SGI e obtenção da Certificação ISO 9001, encontra-se agora empenhada no seu processo de Certificação ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado



**4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

### **Gestão de Capital**

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e passivo a descoberto da Companhia (Nota 15).

O índice de endividamento são os seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Dívida (i)	(6.466.154)	(5.289.757)
Caixa e equivalentes de caixa	9	52
Contas a receber de clientes e outros recebíveis:	1.558.676	967.141
<b>Dívida líquida</b>	<b>(4.907.469)</b>	<b>(4.322.564)</b>
Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)	<b>(3.192.398)</b>	<b>(2.779.487)</b>
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>(8.099.867)</b>	<b>(7.102.051)</b>

(i) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante

### **Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Administração da Companhia monitora eventuais problemas de não realização relevantes e em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não estimou perdas em créditos de liquidação duvidosa conforme mencionado na Nota 5.

**4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado****Risco de liquidez**

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>Menos de 1 Mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalente de caixa	9	-	-	9
Contas a receber de clientes	361.220	137.304	155.870	654.394
Fornecedores				-
	<b>267.169</b>	<b>623.667</b>	<b>61.066</b>	<b>951.902</b>

<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>Menos de 1 Mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Total</b>
Caixa Equivalência de Caixa	52	-	-	52
Contas a receber de clientes	274.452	624.213	68.476	967.141
Fornecedores	(7.335)	(546)	(7.410)	(15.291)
	<b>267.169</b>	<b>623.667</b>	<b>61.066</b>	<b>951.902</b>

**Outros tipos de instrumentos financeiros**

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2020.

\* \* \*

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigi**

**4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: (a) juízo; (b) instância; (c) data de instauração; (d) partes no processo; (e) valores, bens ou direitos envolvidos; (f) principais fatos; (g) se a chance de perda é: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota; (h) análise do impacto em caso de perda do processo; (i) valor provisionado, se houver provisão.**

As informações constantes do presente item do Formulário de Referência levam em consideração o histórico judicial, administrativo e/ou arbitral da Companhia e de suas controladas existente até o dia 31 de dezembro de 2020.

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito, principalmente, ao âmbito tributário. O total consolidado de contingências classificadas como perdas prováveis, em 31 de dezembro de 2020, era equivalente a R\$ 427.556 mil (vide nota explicativa 13.1 das DFP disponibilizada no sistema ENET da CVM). A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para contingências classificadas como prováveis, no entanto, a Companhia e suas controladas também possuem outras demandas judiciais que foram classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, portanto, não foram registradas provisões nas respectivas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas (vide nota explicativa 13.2 das DFP). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição dos processos mais relevantes em que a Companhia e suas controladas figuram como partes.

Para os fins deste item, foram considerados como processos individualmente relevantes aqueles em que (i) a Companhia e suas controladas figuram no polo passivo e/ou ativo e que (ii) tenham valor igual ou superior a R\$ 50 milhões.

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos

## Processos E Relevantes



<b>Processo n.º 02661439620118190001 / AResp. 847622 (STJ)</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e Superior Tribunal de Justiça (STJ)</b>
<b>Instância</b>	Instância Especial (STJ)
<b>Data de instauração</b>	01/08/2011
<b>Autor</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Réu</b>	Superintendente Estadual de Arrecadação da Secretaria da Fazenda
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 137,5 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Mandado de Segurança com o objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos tributários discutidos nos autos dos Processos Administrativos n.º E-04/058.508/2011, E-04/058.509/2011 e E-04/058.510/2011, indevidamente inscritos em dívida ativa, sob as certidões de n.º 2011/030.383-1, 2011/030.383-9 e 2011/030.384-7, tendo em vista que os pedidos de compensação por precatórios ainda estavam pendentes de decisão administrativa.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Em 1ª Instância foi concedida a ordem de forma favorável aos interesses da empresa, entretanto a decisão foi reformada em 2ª Instância, com a confirmação da reforma pelos Tribunais Superiores (STJ)</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 02786781820158190001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	02/07/2015
<b>Autor</b>	Refinaria de Petróleos de Manginhos S/A
<b>Réu</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 50,4 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Execução Fiscal consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa n.º 2015/004.592-8 para cobrança de ICMS.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. A petição está pendente de decisão.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 03853185020128190001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	28/09/2012
<b>Autor</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 60,1 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Execução Fiscal consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa n.º 2012/043.782-5 (AI: 32358731), para cobrança de ICMS do período de 11/2008</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal, em 16/11/2018, o processo foi suspenso em função do mandado de segurança n.º 0395607-42.2012.8.19.0001.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 03956074220128790001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	2ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	08/10/2012
<b>Autor</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Réu</b>	Superintendente Estadual de Arrecadação da Secretaria da Fazenda
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 60,1 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos do Processo Administrativo n.º E-04/057.264/2009, indevidamente inscrito em dívida ativa, sob a certidão de n.º 2012/043.782-5, tendo em vista que os pedidos de compensação por precatórios ainda estavam pendentes de decisão administrativa. Mandado de segurança vinculado ao crédito tributário objeto da Execução Fiscal n.º 0385318-50.2012.8.19.0001.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Em 1ª Instância foi concedida a ordem de forma favorável aos interesses da empresa, entretanto a decisão foi reformada em 2ª Instância. Atualmente aguarda a manifestação do Estado acerca dos Embargos de Declaração opostos pela Companhia.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 04054119720138190001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	25/11/2013
<b>Autor</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 72,1 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Execução Fiscal consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa n.º 2013/011.709-4, para cobrança de ICMS do período apurado de 06, 07 e 09/2011; 06, 07 e 11/2012.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. A petição está pendente de decisão.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processos n.º 04627816320158190001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	18/11/2015
<b>Autor</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 56,8 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> Execução Fiscal consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa n.º 2015/042.497-4 (Processo Administrativo n.º E-04-037-000.498/2015) para cobrança de ICMS do período de setembro de 2009 a maio de 2011.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. Em 06/12/2018 foi deferido o pedido de suspensão do processo.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes

## Processos E Relevantes



<b>Processo n.º 03831862020128190001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	2ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	28/09/2012
<b>Autor</b>	Manguinhos Distribuidora S/A
<b>Réu</b>	Superintendente Estadual de Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 86,9 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade e, posteriormente, cancelar o débito consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa n.º 2012/020680-8.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Em 1ª Instância foi concedida a ordem de forma favorável aos interesses da empresa, entretanto a decisão foi reformada em 2ª Instância. Atualmente o Recurso Especial interposto pela empresa está pendente de análise.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processos n.º 03652187420128190001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	14/09/2012
<b>Autor</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu</b>	Manguinhos Distribuidora S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 51,1MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro em face de Manguinhos Distribuidora S/A objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, constituído pela Certidão de Dívida Ativa n.º 2012/020.680-8</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal, em 28/08/2014, o processo foi suspenso em função do mandado de segurança n.º 0401900-28.2012.8.19.0001.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

Processo n.º 12448.729598/2016-18	
<b>Juízo</b>	<b>Receita Federal do Brasil</b>
<b>Instância</b>	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
<b>Data de instauração</b>	15/12/2016
<b>Autor</b>	União Federal
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 382,8 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> Trata-se de autuação lavrada em razão (i) do creditamento supostamente indevido de PIS e COFINS e (ii) do recolhimento a menor das mesmas contribuições no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014. Os valores exigidos a título de recolhimento a menor foram reconhecidos e parcelados pela empresa, sendo o valor envolvido referente apenas a parte controversa.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Foi apresentada Impugnação, a qual foi julgada integralmente procedente para cancelar o Auto de Infração. Atualmente, o processo está pendente de análise do Recurso da Fazenda</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processos n.º 0552404-16.0089.8.26.0014</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	28/01/2011
<b>Autor</b>	Estado de São Paulo
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 52,5 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: ICMS-ST – Execução Fiscal proposta para cobrança do débito tributário consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa n.º 1006690437, no valor de R\$ 28.373.578,98. A Companhia possui créditos de precatórios no valor de R\$ 28.375.302,97</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. O processo está suspenso desde 28/06/2018.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processos n.º 1508513-79.2016.8.26.0014</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	18/10/2016
<b>Autor</b>	Estado de São Paulo
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 109,9 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> ICMS-ST – Execução Fiscal proposta para cobrança dos débitos consubstanciados nas Certidões de Dívida Ativa de n.º 1.178.643.128, 1.178.643.139, 1.178.643.140, 1.178.643.150, 1.178.643.161, 1.178.643.172, 1.178.643.183, 1.178.643.194, 1.178.643.206, 1.178.643.217, 1.178.643.228, 1.178.643.239 e 1.179.961.090.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. O processo está suspenso desde 24/01/2019.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 0001747-35.2016.8.16.0185</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	07/05/2016
<b>Autor</b>	Estado do Paraná
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 257,7 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: ICMS - Execução Fiscal proposta para cobrança dos débitos objeto das Certidões de Dívida Ativa de n.º 31351910 e 31379911, decorrentes dos Autos de Infração de n.º 65834839 e 65831902.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. O processo está suspenso desde 30/07/2018.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo nº 0003924-69.2016.8.16.0185</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	10/08/2016
<b>Autor</b>	Estado do Paraná
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 134,7 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> ICMS – Execução Fiscal proposta para cobrança do débito objeto da Certidão de Dívida Ativa n.º 31464692, decorrente do Auto de Infração n.º 65969211.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. O processo está suspenso desde 11/06/2018.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 0005304-35.2013.8.16.0185</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	14/05/2013
<b>Autor</b>	Estado do Paraná
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 389,7 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> ICMS – Execução Fiscal proposta para cobrança do débito objeto da Certidão de Dívida Ativa n.º 30467302, decorrente do Auto de Infração n.º 65792494.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. O processo está suspenso desde 19/09/2018.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º 0005932-82.2017.8.16.0185</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	10/08/2017
<b>Autor</b>	Estado do Paraná
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 597,1 MM
<b>Principais fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: ICMS – Execução Fiscal proposta para cobrança do débito objeto da Certidão de Dívida Ativa n.º 31833892, decorrente do Auto de Infração n.º 65904926.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Após o ajuizamento da execução fiscal a empresa apresentou a petição para informar sobre a recuperação judicial e requerendo a suspensão da ação até o julgamento do tema 987 pelo STJ. O processo está suspenso desde 03/05/2018.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na possível hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

Processo n.º 12448.723168/2015-10	
<b>Juízo</b>	<b>Receita Federal do Brasil</b>
<b>Instância</b>	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
<b>Data de instauração</b>	13/11/2015
<b>Autor</b>	União Federal
<b>Réu</b>	Manguinhos Distribuidora S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 52,6 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: PIS/COFINS – Exigência Fiscal em virtude da falta de recolhimento das contribuições incidentes sobre as vendas de álcool no ano-calendário 2011.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Em sede de 1ª Instância a impugnação foi julgada improcedente o que motivou a interposição de recurso voluntário. Em sede de 2ª Instância o recurso voluntário interposto pela empresa foi parcialmente provido para exclusão do ICMS da base de cálculo. Foi interposto recurso especial pela empresa o qual está pendente de julgamento.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Havendo perda na esfera administrativa, será iniciado o ajuizamento de ação na esfera judicial.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos Judiciais e Relevantes

<b>Embargos à Execução Fiscal n.º 0234113-66.2015.8.19.0001 (Execução Fiscal n.º 0428248-49.2013.8.19.0001)</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	22/05/2015
<b>Autor Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu da Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Autor dos Embargos à Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Réu dos Embargos à Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 55,2 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Cobrança do AIIM 03.238937-1, referente a ICMS-ST, que deixou de ser recolhido em razão de liminar concedida no MS 1405.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Foram opostos embargos à Execução Fiscal, os quais aguardam julgamento em 1ª Instância, para declarar a ilegalidade da cobrança.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na remota hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda remota (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Execução Fiscal n.º 0405413-67.2013.8.19.0001 / Execução Fiscal n.º 0091991-64.2014.8.19.0001 / Embargos à Execução Fiscal n.º 0188931-57.2015.8.19.0001 / Ação Anulatória n.º 0126794-34.2018.8.19.0001 / Agravo de Instrumento n.º 0069546-16.2018.8.19.0000</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	11/12/2018
<b>Autor Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu da Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Autor Embargos à Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Réu Embargos à Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Autor da Ação Anulatória</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Réu da Ação Anulatória</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 132,5 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> Tratam-se de Execuções Fiscais para a exigibilidade dos créditos tributários consubstanciados nos AIIMs 03.238938-9 e 03.238934-8. Posteriormente, foi ajuizada a Ação Anulatória 0126794-34.2018.8.19.0001 que discute a exigibilidade de ambos os débitos.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Nas Execuções Fiscais foram apresentadas as petições requerendo a suspensão do processo em função do julgamento do tema n.º 987. Por sua vez, os embargos à execução fiscal e a ação anulatória estão aguardando decisão de 1ª Instância.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na remota hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda remota (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos Judiciais e Relevantes

<b>Execução Fiscal n.º 0204667-47.2017.8.19.0001 / Ação Anulatória n.º 0313304-58.2018.8.19.0001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	12/12/2018
<b>Autor da Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu da Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Autor da Ação Anulatória</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Réu da Ação Anulatória</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 109,1 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> Ação anulatória ajuizada para que seja declarada a nulidade do AIIM 03.238740-9, o qual está vinculado com a Execução Fiscal em tela, e da NL 51000525, referente a ICMS-ST, que deixou de ser recolhido em razão de liminar concedida no MS 1405. Busca-se a afetação do REsp 1.698.841 para que o processo seja suspenso.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Em 18/12/2018 foi deferida a tutela provisória de urgência, no sentido de suspender a exigibilidade dos créditos tributários em análise. O Processo aguarda decisão de 1ª Instância. Com relação à Execução Fiscal está pendente de citação.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na remota hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda remota (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais

## Processos Relevantes



<b>Execução Fiscal n.º 0118614-29.2018.8.19.0001 / Ação Anulatória n.º 0274811-11.2018.8.19.0001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	21/11/2018
<b>Autor da Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu da Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manginhos S/A
<b>Autor da Ação Anulatória</b>	Refinaria de Petróleos de Manginhos S/A
<b>Réu da Ação Anulatória</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 104,5 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> Exigência de débitos de ICMS-Importação, referentes ao AIIM 03.493724-3.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Ação anulatória ajuizada para que seja declarada a nulidade do AIIM 03.493724-3, a qual aguarda julgamento de 1ª Instância. Quanto à Execução Fiscal, não se tem notícias de citação da empresa no bojo do processo.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na provável hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Valor 100% provisionado.

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos Judiciais e Relevantes

<b>Execução Fiscal n.º 0118612-59.2018.8.19.0001</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Judicial
<b>Data de instauração</b>	21/11/2018
<b>Autor da Execução Fiscal</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu da Execução Fiscal</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 174,6 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Execução Fiscal ajuizada para que fossem pagos os débitos de ICMS-Importação, referentes ao AIIM 03.493725-0.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Não se tem notícias de citação da empresa no bojo do processo.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Na provável hipótese de perda do processo e, ainda que isto leve diversos anos para se materializar, a avaliação que fazemos sobre este caso é que deverá ser feito o pagamento daquilo que julgar-se devido e de forma definitiva, o que vale dizer, não mais sujeito a modificações.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Valor 100% provisionado.

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º E-04/211/434/2018 – Auto de Infração n.º 03.575186-6</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>Data de instauração</b>	28/11/2018
<b>Autor</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu</b>	Manguinhos Distribuidora S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 70,4 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação:</u> ICMS-ST + FECR-PT e multa por remeter mercadoria tributada (AEHC) sem emissão de documento fiscal.</li> <li>• <u>Fase Processual:</u> Em 28/11/2018 houve a ciência do auto de infração. Aguarda-se julgamento da impugnação.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente.
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

<b>Processo n.º E-04/211/424/2018 – Auto de Infração n.º 03.550062-8</b>	
<b>Juízo</b>	<b>Secretaria da Fazenda do Estado Rio de Janeiro – SEFAZ/RJ</b>
<b>Instância</b>	1ª Instância Administrativa
<b>Data de instauração</b>	28/11/2018
<b>Autor</b>	Estado do Rio de Janeiro
<b>Réu</b>	Manguinhos Distribuidora S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 398,9 MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Objeto da Ação:</b> ICMS-ST + FECF-ST + multa por remeter gasolina (Operação de entrada) sem documento fiscal e sem recolhimento de ICMS-ST e do FECF-ST.</li> <li>• <b>Fase Processual:</b> Em 28/11/2018 houve a ciência do auto de infração. Aguarda-se julgamento da impugnação.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

## 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos e Relevantes



## Processos E Relevantes

Processo n.º 12448.730235/2015-44	
<b>Juízo</b>	<b>Receita Federal do Brasil</b>
<b>Instância</b>	2ª Instância Administrativa – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)
<b>Data de instauração</b>	29/01/2016
<b>Autor</b>	União Federal
<b>Réu</b>	Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Aproximadamente R\$ 353,5MM
<b>Principais Fatos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Objeto da Ação</u>: Trata-se de exigência de PIS e COFINS, referente ao período de janeiro a dezembro de 2011, supostamente devidos em razão da não comprovação dos créditos escriturados em sua contabilidade.</li> <li>• <u>Fase Processual</u>: Foi apresentada Impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente para reconhecer em parte os créditos da não cumulatividade em discussão (mercado interno e importações). Atualmente, o processo está pendente da análise dos Recursos interpostos pela Fazenda e pela empresa.</li> </ul>
<b>Probabilidade de perda (provável, possível ou remota)</b>	Perda Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Havendo perda na esfera administrativa, o débito será discutido judicialmente
<b>Valor provisionado (se houver provisão)</b>	Não houve valor provisionado em decorrência de não obrigatoriedade de provisionamento para processos com perda possível (CPC 25 – IAS 37).

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

**4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando:**

- a. Juízo
- b. Instância
- c. Data de instauração
- d. Partes no processo (Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicados apenas as iniciais dos nomes das partes).
- e. Valores, bens ou direitos envolvidos.
- f. Principais fatos.
- g. Se a chance de perda é:
  - i. provável -
  - ii. Possível -
  - iii. Remota -
- h. Análise do impacto em caso de perda do processo

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia é parte e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Em Recuperação Judicial.

\* \* \*

#### 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes



**4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.**

Não existem processos judiciais administrativos ou arbitrários sigilosos em que a Companhia é parte e que não tenham sido divulgadas nos itens 4.3 e 4.4.

\* \* \*



#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**



**4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:**

- a. Valores envolvidos.**
- b. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência.**

**4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que em conjunto sejam relevantes, em que a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em Recuperação Judicial ou suas controladas sejam partes.

\* \* \*

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes



### 4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

\* \* \*



#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**



**4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:**

- a. Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos.**
- b. Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários.**
- c. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação.**
- d. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável.**
- e. Outras questões do interesse dos investidores.**

Não existem valores mobiliários da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em Recuperação Judicial negociadas em país estrangeiro.

\* \* \*

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

**5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**
  - i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**
  - ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**
  - iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**
  - iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
  - v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**
  - vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**
- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09..

\* \* \*

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos



**5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

## 5.4 - Programa de Integridade



**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

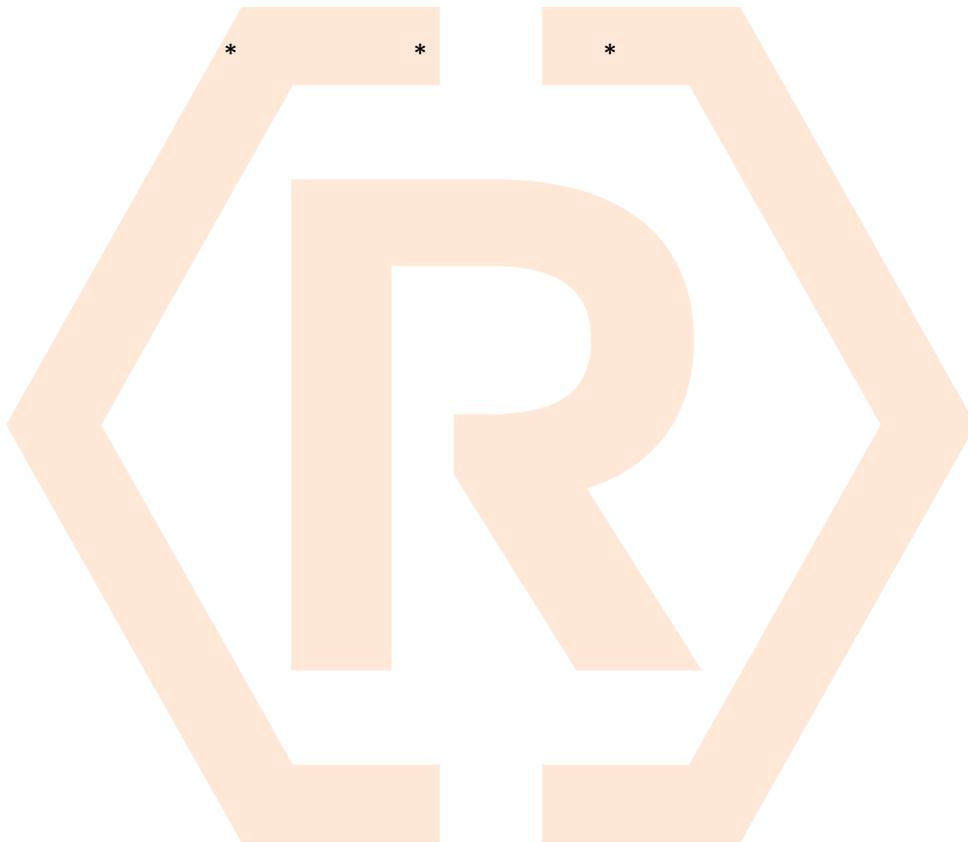
A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

## 5.5 - Alterações significativas



**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos



### 5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	14/12/1954
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Companhia constituída em forma de sociedade por ações
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	14/05/1970

## 6.3 - Breve Histórico



### 6.3. Breve histórico do emissor

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial



**6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 6.6 - Outras Informações Relevantes



### 6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



### 7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

**7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:**

**a. interesse público que justificou sua criação**

**b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:**

- **os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"**
- **quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**
- **estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**

**c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais



**7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

**a. produtos e serviços comercializados**

**b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**

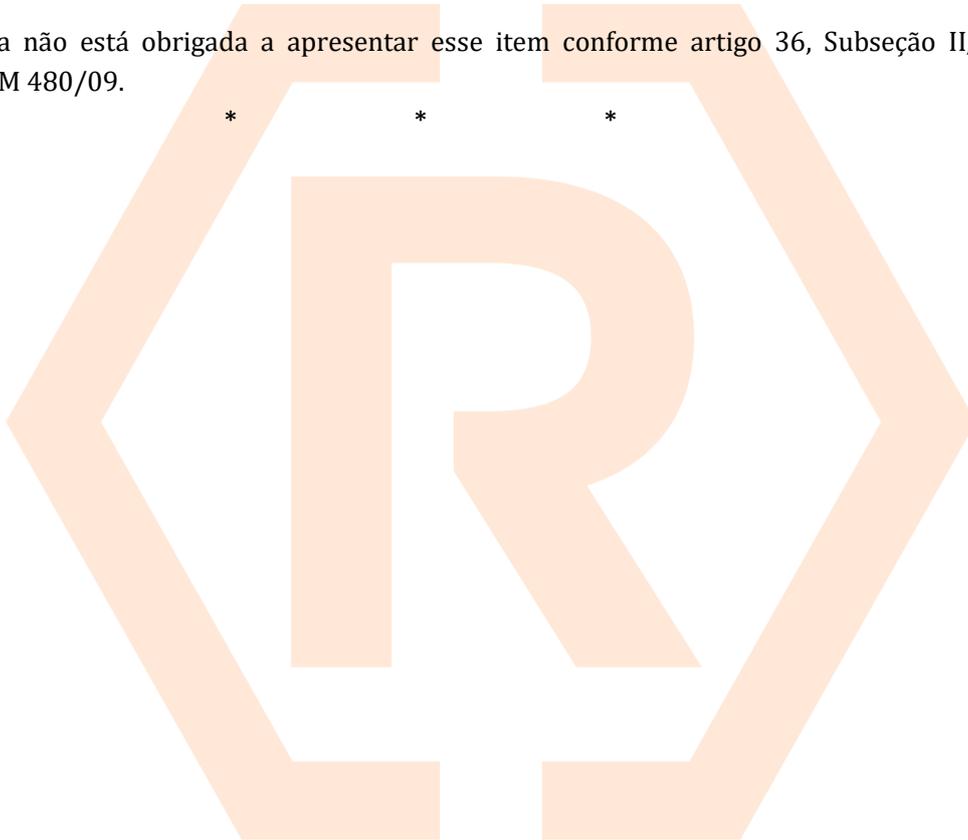
**c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*



**7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais**

**7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:**

**a. características do processo de produção**

**b. características do processo de distribuição**

**c. características dos mercados de atuação, em especial:**

**i. participação em cada um dos mercados**

**ii. condições de competição nos mercados**

**d. eventual sazonalidade**

**e. principais insumos e matérias primas, informando:**

**i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

**ii. eventual dependência de poucos fornecedores**

**iii. eventual volatilidade em seus preços**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

**7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida**

**7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:**

**a. montante total de receitas provenientes do cliente**

**b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*



## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

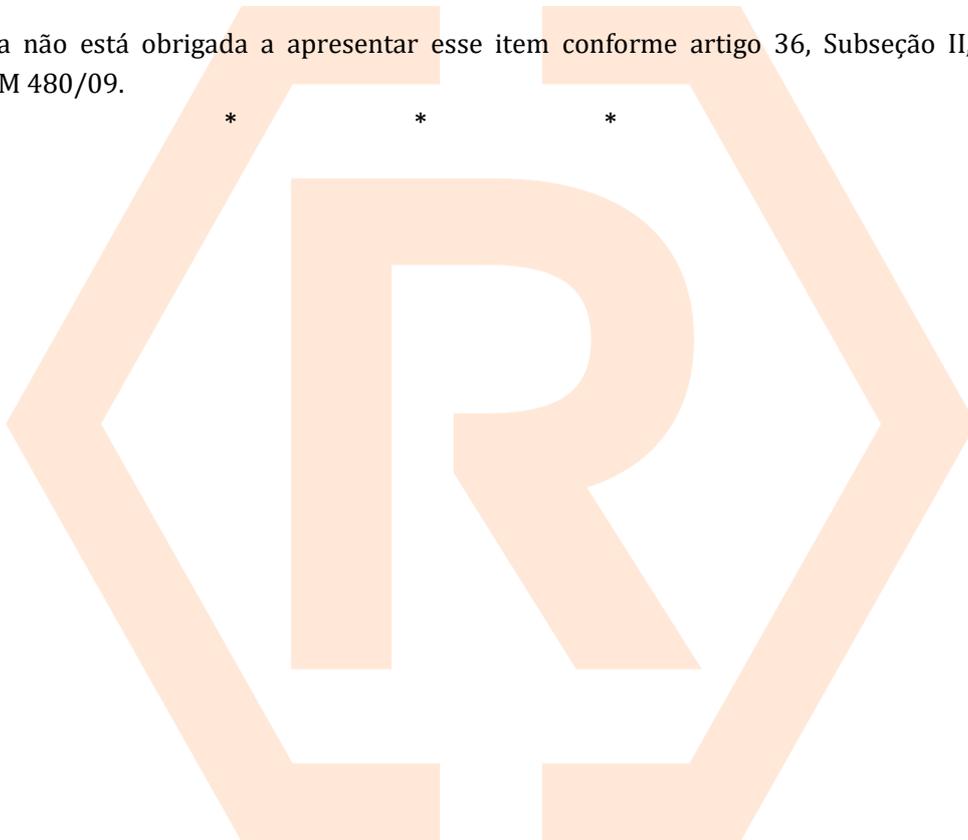


**7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**
- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**
- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



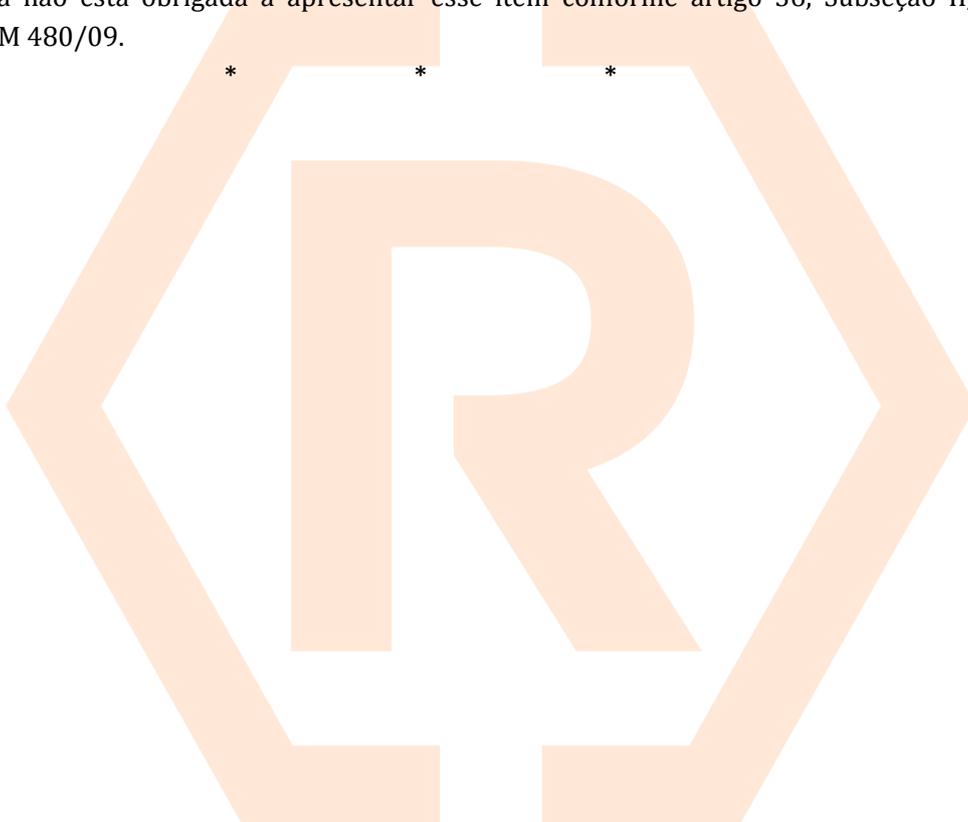
## 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior



**7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:**

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**
- c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades



**7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 7.8 - Políticas Socioambientais



**7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:**

**a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais**

**b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

**c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

**d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*



## 7.9 - Outras Informações Relevantes



### 7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 8.1 - Negócios Extraordinários



### **8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negc



### 8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



### 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Relacionados Com Suas Atividades Operacionais



te

#### 8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



#### 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.



##### 8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

**9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:**

**a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização**

**b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:**

**i. duração**

**ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos**

**iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor**

**c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:**

**i. denominação social**

**ii. sede**

**iii. atividades desenvolvidas**

**iv. participação do emissor**

**v. se a sociedade é controlada ou coligada**

**vi. se possui registro na CVM**

**vii. valor contábil da participação**

**viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários**

**ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil**

**x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados**

**xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais**

**xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Terrenos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Edifícios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Armazenagem	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Veículos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Computadores e Periférios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Não Aplicável	não aplicavel	Não Aplicável	Não Aplicável

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.	09.008.431/0001-79	-	Controlada	Brasil	PR	Araucária	A Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. - em Recuperação Judicial - tem como objeto social preponderante o comércio atacadista e transporte rodoviário de derivados do petróleo e de outros combustíveis. A investida encontra-se com suas atividades paralisadas.	1,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2020</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	0,01		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A companhia tem como principal razão da manutenção da participação o fato da empresa atender o mercado atacadista de combustíveis.								
Manguinhos Distribuidora S.A.	33.461.567/0001-14	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	A Manguinhos Distribuidora S.A. - em Recuperação Judicial - tem por objeto social a distribuição de combustíveis em geral (derivados de petróleo), a comercialização, envasilhamento e o transporte desses produtos.	99,040000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2020</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	0,01		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2018</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
A companhia tem como principal razão da manutenção da participação o fato da controlada atender o mercado varejista e atacadista de gasolina tipo C.								
Manguinhos Química S.A.	46.011.524/0001-89	-	Coligada	Brasil	SP	Campinas	A Manguinhos Química S.A. - em Recuperação Judicial - tem como objeto social preponderante a industrialização e comércio de derivados de petróleo e formulação e comercialização de outros produtos químicos. A investida encontra-se com sua atividade operacional paralisada.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2020</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	0,01		
<b>31/12/2019</b>	0,000000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

A companhia emissora tem como principal razão da manutenção da participação o fato da controlada atender o mercado de lubrificantes e derivados.

## 9.2 - Outras Informações Relevantes



### 9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais



### 10. Comentários dos Diretores

#### 10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas neste item 10.1, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

##### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em virtude do Decreto nº 43.892 de 15 de outubro de 2012, através do qual o Governador do Estado do Rio de Janeiro declarou de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel da Companhia, localizado na Avenida Brasil, nº 3.141, Rio de Janeiro – RJ, as operações da Companhia foram drasticamente impactadas.

##### b. Estrutura de capital:

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital consolidada da Companhia representativa do padrão de financiamento de suas operações:

<b>ESTRUTURA DE CAPITAL</b>			
<b>(em milhares de Reais)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Capital de Terceiros (Passivo circulante + Passivo Não Circulante)	6.429.676	5.270.785	4.350.182
Passivo à descoberto	(3.193.872)	(2.780.886)	(2.552.423)
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>3.235.804</b>	<b>2.489.899</b>	<b>1.797.759</b>

##### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 15 de maio de 2015, a Companhia ajuizou na comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, aprovado posteriormente em assembleia de credores realizada em 16 de dezembro de 2016 e homologado pelo juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017, com o objetivo de viabilizar o pagamento de um passivo gerado devido aos danos causados: (a) pelo anúncio do Decreto Estadual Expropriatório, o qual a Companhia recorreu ao STF (Supremo Tribunal Federal) e obteve, em julgamento final realizado em agosto de 2020, sentença favorável garantindo à Refit a posse do imóvel onde se situa seu parque industrial. (b) pela política de subsídios ao preço da gasolina praticada pelo Governo Federal;

A Companhia reitera sua confiança no Poder Judiciário e destaca que sua localização estratégica, tanto para a produção, como para a importação de derivados, a levará a superar esse momento delicado, registrando, em especial, que o mercado de combustíveis vem, reiteradamente, demandando maiores volumes de produção e importação de derivados de petróleo.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:**

A Companhia para os exercícios sociais de 2020 e 2019 não contraiu nenhum tipo de financiamento e/ou linha de crédito com instituições financeiras. Para o financiamento em ativo não circulante para os exercícios sociais de 2020 e 2019 a Companhia utilizou-se principalmente do fluxo de caixa como fonte de financiamento. Para o exercício social de 2018 possuía linha de crédito para capital de giro contraído com instituições financeiras para o financiamento de suas atividades.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Vide comentário em 10.1 (d).

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir (valores em milhares de reais):

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimo e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	11.885
Contrato de Mútuo (R\$)	-	-	-
<b>Circulante (R\$)</b>	-	-	<b>11.885</b>
Empréstimo e Financiamentos c/ Pessoa Jurídica para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos Bancários para Capital de Giro (R\$)	-	-	-
<b>Não circulante (R\$)</b>	-	-	-
Total do Endividamento Financeiro (R\$)	-	-	<b>11.885</b>
Total do Ativo (R\$)	<b>3.235.804</b>	<b>2.489.899</b>	<b>1.797.759</b>
Total do Endividamento Financeiro (%)	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,66%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais



### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia, para os 3 (três) últimos exercícios sociais, não tinha nenhum tipo de relação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Para os exercícios sociais de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum tipo de empréstimo e financiamento com nenhuma instituição financeira. Para o exercício social de 2018 as dívidas contraídas pela Companhia não possuíam grau de subordinação entre elas.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A Companhia para os exercícios sociais de 2020 e 2019 não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. Para os empréstimos e financiamentos detidos no exercício social de 2018, não havia cláusulas restritivas.

### g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

A Companhia, para os exercícios sociais de 2020 e 2019, não possuía empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. Para o exercício social de 2018, a Companhia manteve limites de capital de giro contratados com instituições financeiras.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As alterações ocorridas nos itens das demonstrações financeiras consolidadas estão refletidas nos comentários abaixo depois do balanço patrimonial.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais



### Exercício Social de 2020 x Exercício Social de 2019

#### ATIVO

##### Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu em conformidade ao aumento de receita observado no último exercício social, em linha com a maior produção e venda observada nos últimos anos. Outro fator que contribuiu para o crescimento de 61% da rubrica em 2020 se deriva do cenário econômico vivido pela pandemia da Covid 19 que trouxe dificuldades para nossos clientes e resultou em dificuldades de cumprimento de suas obrigações, fazendo com que tivéssemos um incremento na inadimplência, comportamento que não se viu em 2019. Ao encerramento do exercício os títulos vencidos representavam 58% da carteira de recebíveis, sendo 17% até 30 dias, 20% de 31 a 60 dias e 21% acima de 60 dias.

##### Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. A significativa redução está atrelada ao incremento observado na rubrica de adiantamento a fornecedores.

##### Variação Adiantamento a Fornecedores:

O aumento desta rubrica em 2020 se comparado se deve a antecipações feitas em moeda estrangeira a nosso fornecedor para aquisição (importação) de matérias primas, e desta forma, amenizar os impactos da compra futura de dólares no mercado cambial em um cenário de forte valorização do dólar frente ao real visto em 2020.

##### Variação Imobilizado – Não Circulante:

O crescimento de 16% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados incorridas em 2020 de acordo a seu plano de investimento. Estes investimentos se devem, principalmente, para a adequação e modernização da planta.

#### PASSIVO

##### Variação do Fornecedores - Circulante:

O crescimento observado é explicado pela maior necessidade de mercadorias para a produção de combustíveis, em linha com o aumento nas vendas para o período.

##### Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais



jurídica. Em 2020 a Companhia protocolou pedido de Parcelamento Ordinário, para pagamento em 60 (sessenta) parcelas dos débitos de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal (RFB), das competências de setembro e outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 59 (cinquenta e nove) parcelas a pagar.

### Exercício Social de 2019 x Exercício Social de 2018

#### ATIVO

##### Variação do Contas a Receber:

Os Diretores comentam que o crescimento da carteira de recebíveis se deu em conformidade ao aumento de receita observado no último exercício social, em linha com a maior produção e venda observada nos últimos anos. Outro fator que contribuiu para o crescimento de 30% da rubrica em 2019 se deriva da política de negociação da Companhia com clientes que, para ganhar mercado, passou a conceder maiores prazos, sendo que 28% com vencimento em até 1 mês, 65% com vencimento de 1 a 3 meses e 7% acima de 3 meses.

##### Variação Partes Relacionadas:

A rubrica refere-se à administração do fluxo de caixa das operações (contas a pagar e a receber) e gerenciamento de recursos da Companhia e de suas controladas. Tamanho crescimento (+98%) se faz necessário para poder fazer frente às principais decisões de investimento de curto prazo, dado momento desafiador enfrentado com a recuperação judicial.

##### Variação do Estoque:

O aumento do estoque em 2019 se comparado à 2018 se deve a maiores volumes de vendas no período que, conseqüentemente, resultou em um aumento significativo da produção.

##### Variação Imobilizado – Não Circulante:

O crescimento de 13% nesta rubrica se deve, principalmente, pelos investimentos e melhorias implementados a partir de 2018 de acordo a seu plano de investimento. Estes investimentos se devem para a adequação e modernização da planta.

#### PASSIVO

##### Variação do Fornecedores - Circulante:

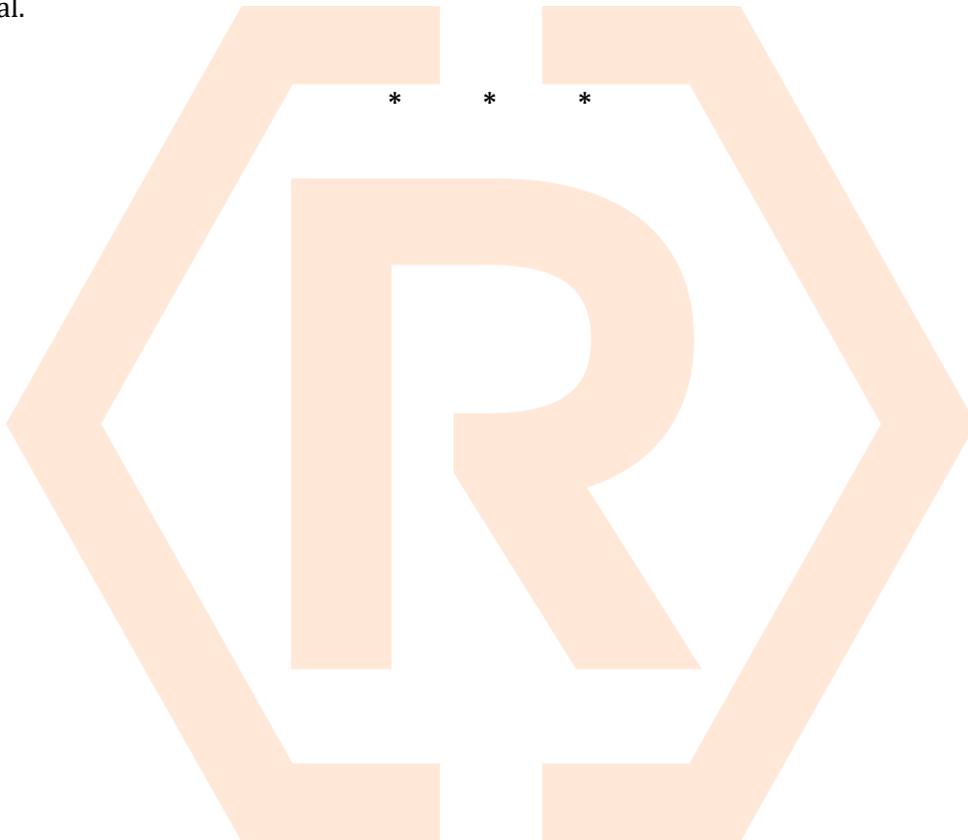
A diminuição nesta rubrica é explicada pela maior disponibilidade na rubrica Partes Relacionadas, o qual possibilita cada vez mais o pagamento a vista de seus fornecedores.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais



### Variação Obrigações Tributárias:

Os Diretores comentam que a maior parte de suas obrigações tributárias se concentram na rubrica do circulante, representadas em sua maioria por ICMS a recolher. Devido a sua condição de empresa em Recuperação Judicial, pleiteia parte destes valores na esfera judicial por intermédio de sua equipe jurídica. Observa-se também uma maior participação em 2019 do parcelamento de ICMS celebrados, e que atualmente a companhia se encontra adimplente. Ainda no exercício de 2019, a Companhia protocolou o pedido de adesão ao Parcelamento Federal Especial das empresas em recuperação judicial, instituído pela Lei nº 10.522/2002, para os débitos dos impostos federais (PIS, COFINS, CIDE, entre outros). Em virtude da não consolidação do pedido até 31 de dezembro de 2019, a Companhia está realizando os pagamentos estimados com expectativa de quitação em 84 parcelas, conforme previsão legal.



## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro



### 10.2. Resultados das operações

#### a. Resultados das operações, em especial:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Para os exercícios sociais de 2019 e 2018 a principal fonte de receita da Companhia foi a comercialização de Gasolina A decorrente do refino matérias primas derivadas do petróleo, que é realizado em sua usina localizada no Rio de Janeiro. Para o ano de 2020, iniciou-se também a produção de Diesel S10, para que fosse comercializado em complemento à Gasolina A.

Nos últimos anos a receita líquida da Companhia foi de R\$ 1.011.894 mil em 2018, R\$ 1.185.113 mil (+17%) em 2019 e de R\$ 1.495.594 (+26%) em 2020. A melhora está diretamente relacionada com o maior volume de produção, incluindo a produção de Diesel S10 iniciada em 2020, decorrente da constante e crescente venda de produtos. Outros fatores que contribuíram para a receita foi a alta do preço médio observada nos últimos anos, e a melhora na eficiência do processo de refino.

##### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os Diretores da Companhia comentam, de maneira geral, que os principais fatores que afetaram o resultado operacional nos três últimos exercícios foram:

- Aumento do custo dos produtos vendidos em decorrência do incremento apresentado com as despesas com importação, fortemente impactada pela alta do dólar em 2020;
- Incidência de outras despesas com importações não previstas atreladas ao dólar americano e realizadas no âmbito de sua produção;
- Aumento das despesas administrativas devido a maiores necessidades de recursos devido ao aumento registrado nas vendas do período;
- A variação na incidência composta do ICMS-Próprio e ICMS-ST sobre as vendas
- Acréscimo nas despesas tributárias em decorrência da consolidação de parcelamentos tributários;

#### b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Companhia não teve variações significativas de receita que pudessem ser atribuídas a quaisquer dos eventos relacionados acima. Cabe ressaltar que apesar de ter autonomia em sua definição de preços, acompanha de perto a política de preços controlados e sua definição no mercado interno, haja visto que por ter pequena participação de mercado, não pode ter uma definição acima dos preços em linha oposta aos praticados a nível nacional para. Esta política por sua vez, já contempla variações na taxa de câmbio e a volatilidade do preço do petróleo e seus derivados.

#### c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia:

Os Diretores da Companhia comentam que devido à aquisição de insumos proveniente do mercado internacional, os aumentos na taxa de câmbio tiveram impacto direto no custo dos produtos e serviços vendidos, o que afetou de maneira considerável seu resultado para o exercício de 2020, sendo que o crescimento versus 2019 foi de 40% e a receita cresceu apenas 26%. Para o exercício de 2019, se comparado com 2018, o crescimento desta rubrica foi de 21% e da receita foi 17%.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro



## Demonstrações de Resultado Consolidadas

## Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Análise Horizontal		Análise Horizontal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	2020 x 2019		2019 x 2018	
Receita operacional líquida	1.495.594	1.185.113	1.011.894	310.481	26%	173.219	17%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(1.605.972)	(1.147.196)	(946.491)	(458.776)	40%	(200.705)	21%
<b>Resultado bruto</b>	<b>(110.378)</b>	<b>37.917</b>	<b>65.403</b>	<b>(148.295)</b>	<b>-391%</b>	<b>(27.486)</b>	<b>-42%</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais:</b>							
Gerais e administrativas	(273.463)	(231.353)	(291.762)	(42.110)	18%	60.409	-21%
Remuneração da administração	(1.620)	(1.469)	(1.406)	(151)	10%	(63)	4%
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	0%	-	0%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(357)	(46)	29.706	(311)	676%	(29.752)	-100%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro</b>	<b>(385.818)</b>	<b>(194.951)</b>	<b>(198.059)</b>	<b>(190.867)</b>	<b>98%</b>	<b>3.108</b>	<b>-2%</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>							
Receitas financeiras	11.227	8.379	53.876	2.848	34%	(45.497)	-84%
Despesas financeiras	(38.395)	(41.891)	(32.878)	3.496	-8%	(9.013)	27%
	<b>(27.168)</b>	<b>(33.512)</b>	<b>20.998</b>	<b>6.344</b>	<b>-19%</b>	<b>(54.510)</b>	<b>-260%</b>
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>(412.986)</b>	<b>(228.463)</b>	<b>(177.061)</b>	<b>(184.523)</b>	<b>81%</b>	<b>(51.402)</b>	<b>29%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>							
Corrente	-	-	-	-	0%	-	0%
Diferido	-	-	-	-	0%	-	0%
<b>Resultado líquido antes da participação de não controladores</b>	<b>(412.986)</b>	<b>(228.463)</b>	<b>(177.061)</b>	<b>(184.523)</b>	<b>81%</b>	<b>(51.402)</b>	<b>29%</b>
Participação de não controladores	75	103	(10)	(28)	-27%	113	-1127%
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(412.911)</b>	<b>(228.360)</b>	<b>(177.071)</b>	<b>(184.551)</b>	<b>81%</b>	<b>(51.289)</b>	<b>29%</b>

\* \* \*

### 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras



#### 10.3. Eventos com efeitos relevantes ocorridos ou esperados nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional:**

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

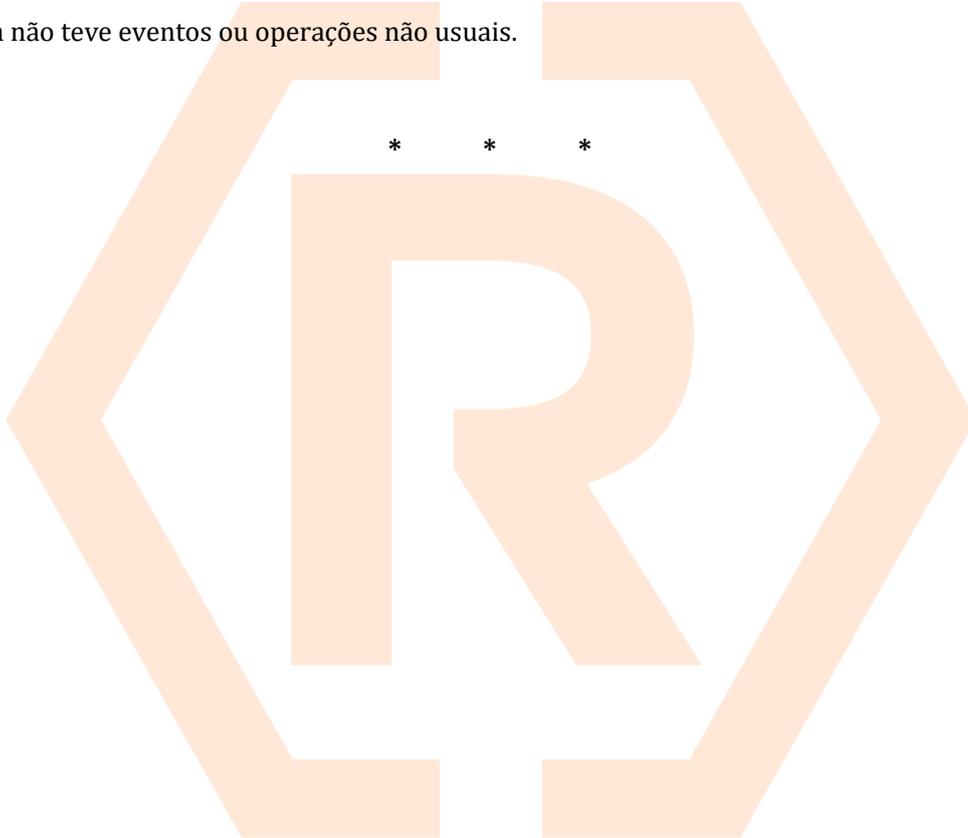
**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

Não houve nenhuma alteração na participação societária da Companhia.

**c. Eventos ou operações não usuais:**

A Companhia não teve eventos ou operações não usuais.

\* \* \*



## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor



### 10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases no parecer do auditor:

#### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral" na preparação de suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, sendo evidenciadas e correspondendo às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve alterações das práticas contábeis.

#### c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

A Companhia esclarece que a principal ressalva apontada pelo auditor é especificamente ligada à postergação do recolhimento das obrigações fiscais atrasadas e correntes, pela falta de liquidez da Companhia, observada desde a desapropriação das instalações industriais pelo Governo do Estado de Rio de Janeiro, e que também contribuiu diretamente para o pedido de recuperação judicial. Abaixo, transcreve-se o parágrafo do Relatório de Revisão Especial sobre as demonstrações financeiras com data base de 31 de dezembro de 2020.

#### **Opinião com ressalva**

*Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.*

*Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as*

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor



*práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).*

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*a. A Companhia e suas controladas apresentam em 31 de dezembro de 2020 os montantes de R\$ 5.234.313mil e R\$ 5.246.753 mil respectivamente, referente as obrigações tributárias na esfera Estadual que se encontram pendentes de pagamento e atualização monetária em decorrência do processo de negociação juntos aos Estados. Como consequência, não foi possível nas circunstâncias concluir quanto aos possíveis impactos nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado.*

*Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião*

### **Ênfase - Incerteza relevante relacionada à continuidade operacional**

*No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou déficit de R\$ 412.911mil. Naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$2.792.108mil e R\$2.816.909mil na controladora e consolidado, respectivamente, o passivo a descoberto em R\$3.192.398mil e o endividamento total em R\$8.099.8671mil. A Administração da Companhia vem implantando ações para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, bem como da necessária geração de caixa para funcionamento das respectivas atividades. A continuidade das atividades da Companhia e suas controladas dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, suas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na continuidade normal de suas atividades, e não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e à classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar exercendo suas atividades.*

Por fim, os Diretores reforçam que as normas e práticas de auditoria geralmente aceitas pedem que o auditor adote uma posição conservadora em relação a problemas que indiquem dificuldades na continuidade normal dos negócios da entidade sob sua análise. Esta posição conservadora se traduziu em comentários técnicos específicos no relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

\* \* \*

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas



**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Controladora foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requer em maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota 3.1 das demonstrações financeiras completas, arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

\* \* \*

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras



**10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras: (a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e (b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

\* \* \*



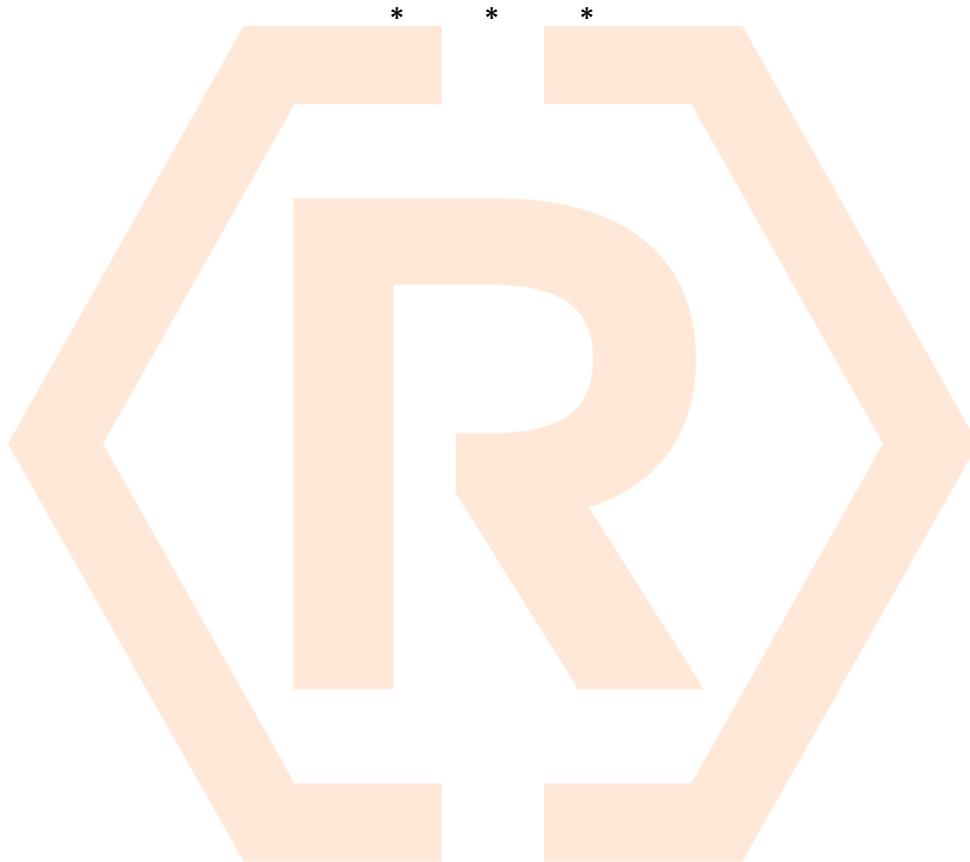
**10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras****10.7. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

**(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

**(b) natureza e o propósito da operação e;**

**(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**

Os Diretores esclarecem que a Companhia não teve itens não evidenciados que possam ser atribuídos a quaisquer dos eventos relacionados acima nos últimos 3 (três) exercícios sociais.



## 10.8 - Plano de Negócios



**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**(a) Investimentos, incluindo:**

**i descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**

A Companhia esclarece que não possui um plano de negócios com um guidance determinado. Paralelamente, está investindo em melhorias e adequações em sua usina para fazer frente aos novos desafios do mercado de combustíveis, que tem como seu foco principal a venda de 50% das refinarias da Petrobrás, o que trará novas oportunidades para o mercado.

Em 2020 a Companhia fez investimentos em melhorias e adequações em pontos específicos de sua planta de produção com vistas na revitalização de seus ativos e torna-los mais eficiente. Foram iniciados três projetos no decorrer do ano, com perspectivas de finalização em 2021, são eles: (i) modernização da sala de controle, que visa a atualização tecnológica dos equipamentos, contribuindo na melhor operacionalização da produção; (ii) atualização do sistema digital de controle e distribuição (SDCD) da Unidade Industrial que permitirá uma melhor automação e controle das colunas de destilação, melhorando a produtividade, precisão e segurança operacional, contribuindo na diminuição de custos de produção entre outros; (iii) ampliação da capacidade de processamento da coluna E-2002 da unidade de destilação atmosférica U-2000, que permitirá ter uma capacidade de processamento de 14.300 barris de petróleo dia (bpd) após finalização do projeto, incremento de 43%.

**ii fontes de financiamento dos investimentos:**

A principal fonte de capital para os investimentos da Companhia vem de seu fluxo de caixa.

**iii desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:**

A Companhia não tem desinvestimentos em andamento.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:**

A Companhia não fez nenhuma divulgação nesse sentido

## 10.8 - Plano de Negócios



### (c) Novos produtos e serviços, indicando:

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

O início da produção de Diesel S10 não gerou a incidência de valores monetários em 2020, uma vez que os investimentos foram realizados nos exercícios sociais de 2018 e 2019 como já mencionado pela Companhia.

\* \* \*



## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante



### **10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Os Diretores comentam que todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos tópicos acima.

\* \* \*



## 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas



### 11.1. As projeções devem identificar:

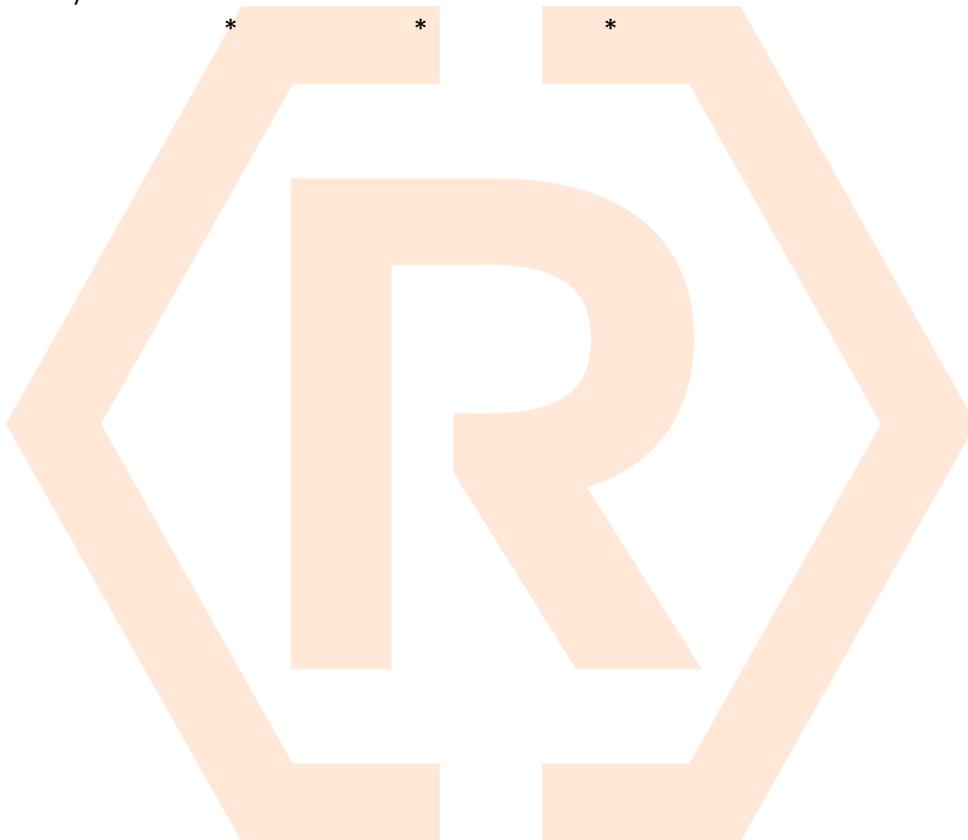
a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



**11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgada:**

**11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

**a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

**b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

**c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa



**12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:**

**a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

**i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

**ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

**iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

**b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

**c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

**d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

**i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

**ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

**iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**

**iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais



**12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:**

**a. prazos de convocação**

**b. competências**

**c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

**d. identificação e administração de conflitos de interesses**

**e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

**formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

**g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariização e consularização**

**h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

**i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

**j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

**k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração



**12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:**

- a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**
- b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**
- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**
- d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**
  - i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
  - ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

## 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem



**12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Paulo Henrique Oliveira de Menezes 829.204.357-87	22/08/1965 Economista	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	03/09/2021 03/09/2021	2 anos Não	1 0.00%
Reeleito Diretor sem Designação Específica em reunião do Conselho de Administração realizada em 03/09/2021, tomando posse na mesma data e com mandato de 2 anos.					
Agustin Porto Simal 120.070.560-20 Não aplicável	18/05/1950 Contador	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor de Compliance	20/05/2021 20/05/2021	2 anos Não	0 0.00%
Ronaldo de Almeida Nobre 037.382.057-72 Não aplicável	13/12/1943 Engenheiro e Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2022 22/04/2022	2 anos Sim	4 100.00%
Simone Zontak Flit 078.644.327-86	01/04/1975 Administradora de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/04/2022 22/04/2022	02 anos Sim	1 0.00%
Jorge Luiz Cruz Monteiro 723.515.007-68	25/10/1962 Engenheiro	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	22/04/2022 22/04/2022	2 anos Sim	5 100.00%
Reeleito como Diretor Presidente em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03/09/2021, tomando posse na mesma data e com mandato de 2 anos. Reeleito como Conselheiro efetivo e Presidente do Conselho de Administração em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22/04/2022.					
<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>					

Paulo Henrique Oliveira de Menezes - 829.204.357-87

Paulo Henrique Oliveira de Menezes é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com Pós-graduação em Filosofia Contemporânea pela PUC-RJ. Paulo Henrique não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, e nenhuma condenação transitada em julgado, que impeça a prática de suas atividades profissionais.

Agustin Porto Simal - 120.070.560-20

Agustin Porto Simal é contador, tendo atuado, nos últimos anos, em diversas empresas na área administrativa/financeira, tais como: i) SESC (Administração Regional do Rio de Janeiro - nov/2012 a fev/2015) onde teve a oportunidade de aplicar o conhecimento generalista adquirido ao longo dos anos, principalmente na revisão dos Editais de Licitações (foi membro da Comissão Permanente de Licitações), na revisão dos Atos Normativos bem como na elaboração da estrutura e o respectivo quadro de lotação da Superintendência de Administração.; e ii) VARIG trabalhando por 9 anos como Auditor Interno, atuando no Brasil e exterior, teve a oportunidade de ter uma ampla visão de todas as áreas da Empresa. Ainda na VARIG, trabalhando por 12 anos na Presidência, como Assistente, e conhecendo profundamente as normas internas e os serviços oferecidos e mantendo contatos frequentes com autoridades e grandes clientes, adquiriu e desenvolveu uma elevada capacidade analítica e senso crítico, habilidades para a identificação e solução de problemas, administração de rotinas e conflitos e a criação de sistemas de controle interno. Agustin Porto Simal não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, e nenhuma condenação transitada em julgado, que impeça a prática de suas atividades profissionais.

Ronaldo de Almeida Nobre - 037.382.057-72

Ronaldo Nobre é formado em engenharia pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica e em economia pela Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, com pós graduação pelo Northwestern University em Chicago. Atua como membro do Conselho da Refinaria de Petróleo de Manguinhos desde 2013, sendo que, atualmente, não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Ronaldo Nobre não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ronaldo Nobre declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Simone Zontak Flit - 078.644.327-86

Formada em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes, trabalhou 10 anos no Grupo Ediouro onde exerceu cargo de confiança na equipe de um dos acionistas tendo se envolvido no planejamento estratégico e execução de diversos projetos relevantes. A Sra. Simone Zontak não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou a inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Simone Zontak declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Jorge Luiz Cruz Monteiro - 723.515.007-68

Jorge Luiz Monteiro possui mais de 30 anos de experiência na área química, possui formação técnica e superior em Química pela UFRJ, além de especialização em Administração e em Química e mestrado em Engenharia de Polímeros, também na UFRJ. Escola Técnica Federal de Química do RJ 1981-1986. Química Industrial 1986-1990(FRNL-IME). Escola de Engenharia Química UFRJ - 1986. Especializações : COPPEAD 1998-1999. UFRJ Química Mestrado 2006-2007. FGV-PETROBRÁS. Gerenciamento Projetos Ênfase em Planejamento 2007-2008, sendo que, atualmente ocupa cargos na Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. (administrador); Manguinhos Distribuidora S.A. (diretor) e Brickel B Fomento S.A. (diretor).

O Sr. Jorge Monteiro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Jorge Monteiro declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Paulo Henrique Oliveira de Menezes - 829.204.357-87 Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência e multa no total de R\$ 160.000.
Agustin Porto Simal - 120.070.560-20 N/A	
Ronaldo de Almeida Nobre - 037.382.057-72 Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto.
Simone Zontak Flit - 078.644.327-86 Processos Administrativos	Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência, não sendo inabilitada para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto.

---

Jorge Luiz Cruz Monteiro - 723.515.007-68

Processos Administrativos

Em processo sancionador CVM 19957.005762/2019-40 julgado em de 23 de junho de 2020 teve pena de advertência, não sendo inabilitado para exercer qualquer cargo em empresas de capital aberto.

## **12.7/8 - Composição Dos Comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia informa que não possui nenhum Comitê Estatutário instalado em sua estrutura.

## **12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

**Exercício Social 31/12/2020**Administrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Prsidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.

09.008.431/0001-79

Administrador

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Prsidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Manguinhos Distribuidora S.A.

33.461.567/0001-14

Diretor Presidente

Observação**Exercício Social 31/12/2019**Administrador do Emissor

Jorge Luiz Cruz Monteiro

723.515.007-68

Prestação de serviço

Controlada Direta

Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda.

09.008.431/0001-79

Administrador

Observação

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Jorge Luiz Cruz Monteiro Diretor Prsidente e Presidente do Conselho de Administração	723.515.007-68	Prestação de serviço	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Manguinhos Distribuidora S.A. Diretor Presidente	33.461.567/0001-14		
<b><u>Observação</u></b>			

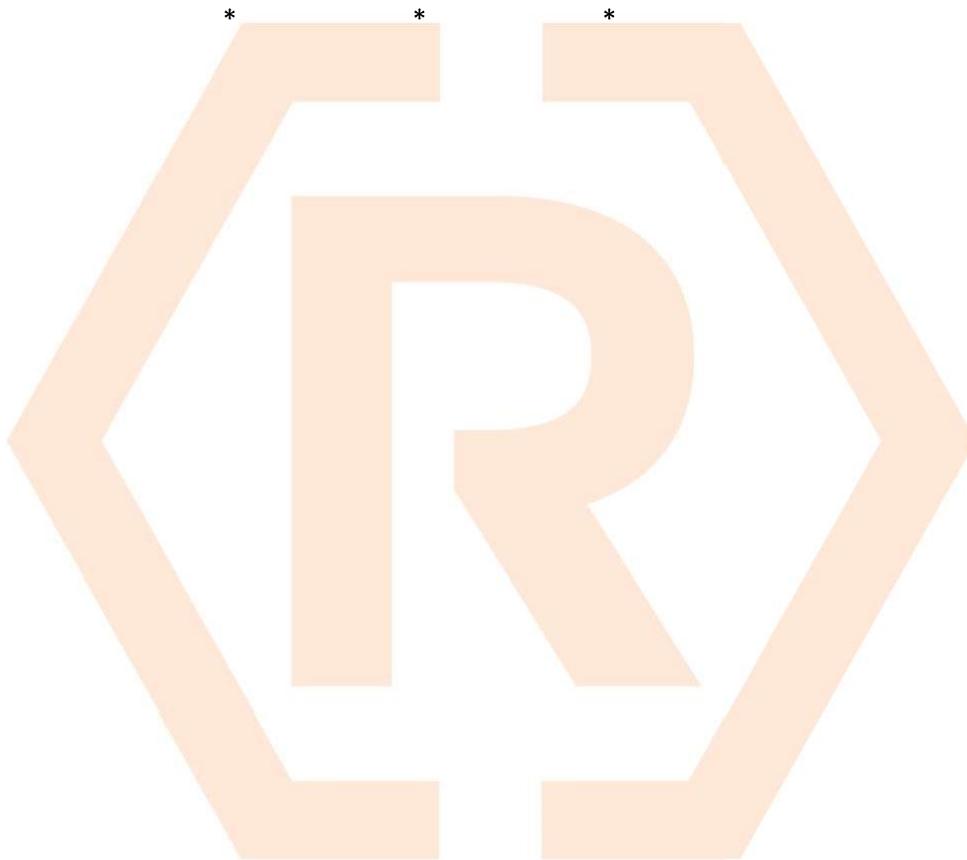
---

## 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores



**12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 12.12 - Outras informações relevantes



### 12.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Estatutária



**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos.**

**a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“administradores”) de acordo ao estipulado na Proposta da Administração, analisada e previamente aprovada pelo Conselho de Administração. A companhia adota como base para a definição da remuneração de seus administradores os seguintes critérios:

- I. Atrair, reter e motivar profissionais que detenham qualificação, competência e perfil que atendam às características e necessidades do negócio da Companhia;
- II. Alinhar os interesses dos membros do conselho e diretoria da Companhia às crenças de gestão e aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo;
- III. Promover práticas de remuneração atraentes, motivando a recompensa pelo desempenho, tendo em vista o alcance de metas individuais e da Companhia;
- IV. Estimular o crescimento, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e, consequentemente, a criação de valor de longo prazo para a Companhia e seus acionistas;
- V. Fornecer remuneração competitiva em relação à remuneração praticada pelo mercado;

**b. Composição da remuneração, indicando:**

**i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**

O Conselho de Administração e Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta por 12 (doze) parcelas fixas mensais ao ano (pagas sob o título de *pro labore*), cujo valor é determinado tendo em vista, entre outros fatores, as responsabilidades, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, responsabilidade e a complexidade inerente ao cargo. Quando necessário, os membros do Conselho de Administração são reembolsados pelas despesas de estadia e locomoção necessárias ao desempenho de suas funções.

Os benefícios oferecidos consistem em Assistência Médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Vale Refeição, Vale Alimentação e Estacionamento, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Estatutária



#### ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na composição da remuneração total, tanto para os membros do Conselho de Administração como da Diretoria Estatutária é a seguinte:

<b>Conselho de Administração</b>				
	<b>Previsto 2021</b>	<b>Real 2020</b>	<b>Real 2019</b>	<b>Real 2018</b>
Salários/Pró-labore	96%	96%	95%	100%
Benefícios	4%	4%	5%	-
<b>Diretoria Estatutária</b>				
Salários/Pró-labore	99%	99%	98%	100%
Benefícios	1%	1%	2%	-

#### iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração Conselhos de Administração e Fiscal

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua prática de remuneração. Para tanto, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, ou não, comparando suas práticas às de outras empresas do mesmo porte, setor e referência no mercado.

#### iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária visa a atrair e reter profissionais, garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado.

#### v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

A companhia não teve nenhum membro de sua administração não remunerado para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

#### c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A remuneração a que fazem jus os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária é fixa. Sendo considerado, de maneira geral, para determinação do montante, o desempenho financeiro e operacional da empresa no último exercício social encerrado.

#### d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Estatutária



O montante anual da remuneração dos administradores é fixo e determinado tendo como referência o desempenho da companhia no último exercício social encerrado.

**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo.**

A Companhia busca alinhar sua remuneração visando a atração e retenção de profissionais qualificados por meio da definição de uma remuneração fixa que reconheça e reflita, dentre outros elementos, o desempenho, demanda de tempo, responsabilidades e conhecimento de seus administradores e, conforme o caso, também por meio de pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

**f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Apenas os membros da Diretoria Executiva recebem remuneração suportada por empresas controladas ou coligadas.

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não há remuneração ou qualquer tipo de benefício vinculado a ocorrência de evento societário.

**h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:**

**i. Os órgãos e Comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.**

O conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer a remuneração global dos administradores.

**ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**

A remuneração global dos administradores é definida a partir de práticas de mercado para o setor, especialmente os adotados para empresas do mesmo porte que a companhia.

**iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da**

**13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Estatutária****Política de Remuneração do emissor.**

A avaliação da adequação da remuneração ocorre, geralmente, de forma anual. Porém, caso necessário, essa avaliação poderá ser realizada em períodos menores, apoiada por meio da realização de pesquisas referenciais conduzidas por empresas especializadas, ou não, nas quais se observa o comportamento da remuneração de empresas do mesmo porte e segmento ao da Companhia.

\* \* \*

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00		5,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	606.180,00	976.510,85		1.582.690,85
Benefícios direto e indireto	22.888,08	14.726,52		37.614,60
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	629.068,08	991.237,37		0,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,50		5,50
Nº de membros remunerados	3,00	2,50		5,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	606.180,00	976.510,85		1.582.690,85
Benefícios direto e indireto	22.888,08	14.726,52		37.614,60
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>629.068,08</b>	<b>991.237,37</b>		<b>1.620.305,45</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	433.204,20	1.035.532,56		1.468.736,76
Benefícios direto e indireto	22.412,41	21.135,39		43.547,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	455.616,61	1.056.667,95		1.512.284,56

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00		6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00		6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	357.652,80	1.029.039,16		1.386.691,96
Benefícios direto e indireto	16.257,32	14.278,78		30.536,10
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	373.910,12	1.043.317,94		1.417.228,06

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretor Conselho Fiscal



13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão.
- b. Número total de membros.
- c. Número de membros remunerados.
- d. Em relação ao bônus:
  - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração.
  - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração.
  - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.
  - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.
- e. Em relação à participação no resultado:
  - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração.
  - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração.
  - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas.
  - iv. Valor efetivamente reconhecido ao resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Não se aplica, uma vez que as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária são fixas.

\* \* \*

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**



**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

- a. Termos e condições gerais.**
- b. Principais objetivos do plano.**
- c. Forma como o plano contribui para esses objetivos.**
- d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia.**
- e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo.**
- f. Número máximo de ações abrangidas.**
- g. Número máximo de opções a serem outorgadas.**
- h. Condições de aquisição de ações.**
- i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício.**
- j. Critérios para fixação do prazo de exercício.**
- k. Forma de liquidação.**
- l. Restrições à transferência das ações.**
- m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.**
- n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.**

A Companhia não possui planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações.

\* \* \*



### 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. Órgão.
- b. Número total de membros.
- c. Número de membros remunerados.
- d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações.
- e. Valor justo das opções na data de cada outorga.
- f. Diluição potencial em caso do exercício de todas as opções outorgadas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

\* \* \*

## 13.6 - Opções em Aberto



**13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. **Órgão.**
- b. **Número de membros.**
- c. **Número de membros remunerados.**
- d. **Em relação às opções ainda não exercíveis:**
  - i. **Quantidade.**
  - ii. **Data em que se tornarão exercíveis.**
  - iii. **Prazo máximo para exercício das opções.**
  - iv. **Prazo de restrição à transferência das ações.**
  - v. **Preço médio ponderado de exercício.**
  - vi. **Valor justo das opções no último dia do exercício social.**
- e. **Em relação às opções exercíveis:**
  - i. **Quantidade.**
  - ii. **Data em que se tornarão exercíveis.**
  - iii. **Prazo máximo para exercício das opções.**
  - iv. **Prazo de restrição à transferência das ações.**
  - v. **Valor justo das opções no último dia do exercício social.**
  - vi. **Valor justo do total das opções no último dia do exercício social.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

\* \* \*

## 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues



**13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.**

- a. Órgão.
- b. Número de membros.
- c. Número de membros remunerados.
- d. Em relação às opções exercidas informar:
  - i. Número de ações.
  - ii. Preço médio ponderado de exercício.
  - iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas.
- e. Em relação às ações entregues informar:
  - i. Número de ações.
  - ii. Preço médio ponderado de exercício.
  - iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

\* \* \*

## 13.8 - Precificação Das Ações/opções



**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

- a. Modelo de precificação.**
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.**
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.**
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada.**
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.**

A Companhia não praticou planos de incentivo em longo prazo para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, inclusive baseado em ações nos últimos 3 (três) exercícios sociais, bem como não prevê tal política para o exercício social vigente.

\* \* \*

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão**

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

<b>Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2020</b>		
	<b>Quantidade ações</b>	<b>% Participação</b>
Conselho de Administração	25.202	0,04%
Diretoria Estatutária	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%

<b>Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (RPMG3) - Posição em 31/12/2019</b>		
	<b>Quantidade ações</b>	<b>% Participação</b>
Conselho de Administração	42.122	0,1%
Diretoria Estatutária	0	0,0%
Conselho Fiscal	0	0,0%

Não há outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum que sejam detidos por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

\* \* \*

**13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros da Administração E Aos Diretores Estatutários**

**13.10. Em relação aos Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. Órgão.
- b. Número de membros.
- c. Número de membros remunerados.
- d. Nome do plano.
- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.
- f. Condições para se aposentar antecipadamente.
- g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- i. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

\* \* \*

**13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,50	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,50	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	339.868,60	239.868,60	234.661,80	246.180,00	180.000,00	180.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	158.300,85	120.000,00	120.000,00	180.000,00	73.240,20	72.652,80
Valor médio da remuneração(Reais)	249.084,73	176.892,80	174.288,33	213.090,00	144.401,40	119.217,60

**Observação**

Diretoria Estatutária

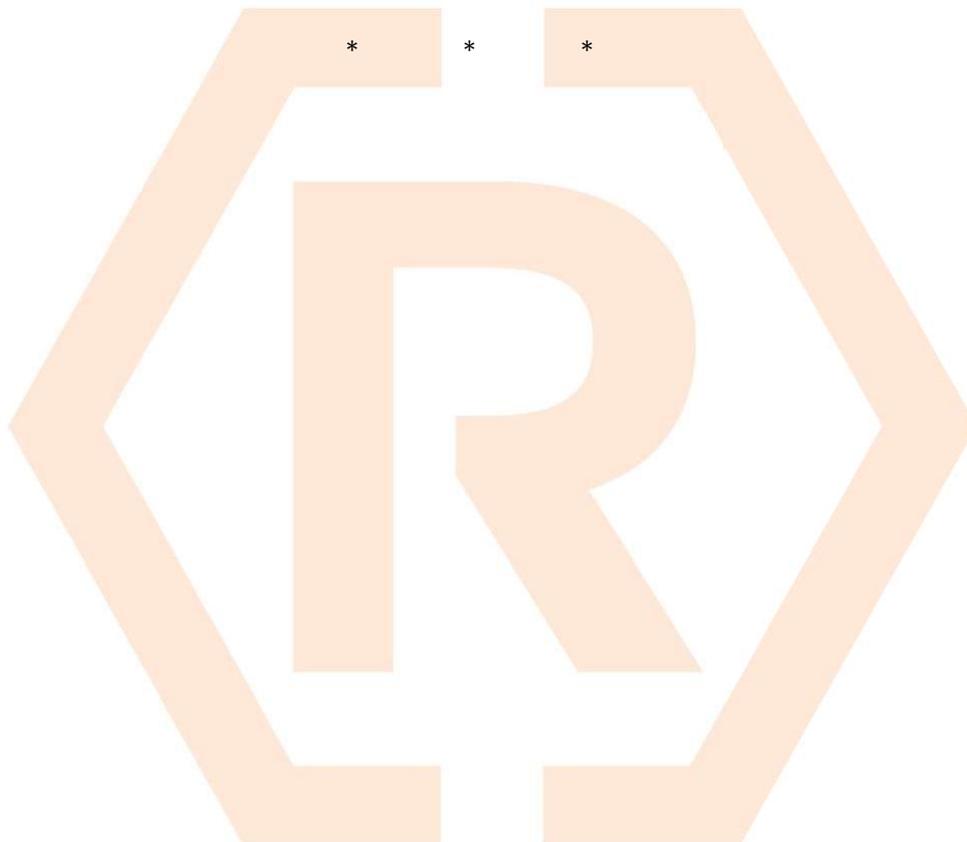
Conselho de Administração

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**



**13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.**

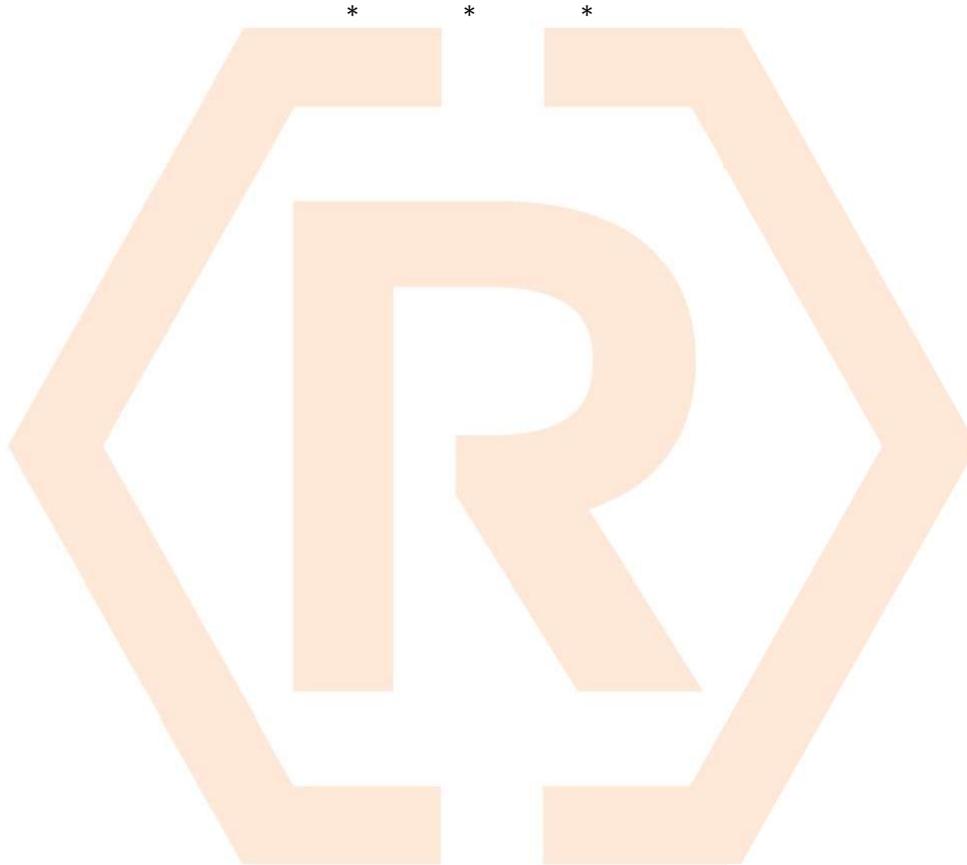
A Companhia não possui os instrumentos mencionados neste tópico.



**13.13 - Percentual na Remuneração Total Devido Por Administradores e Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que fossem partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos.

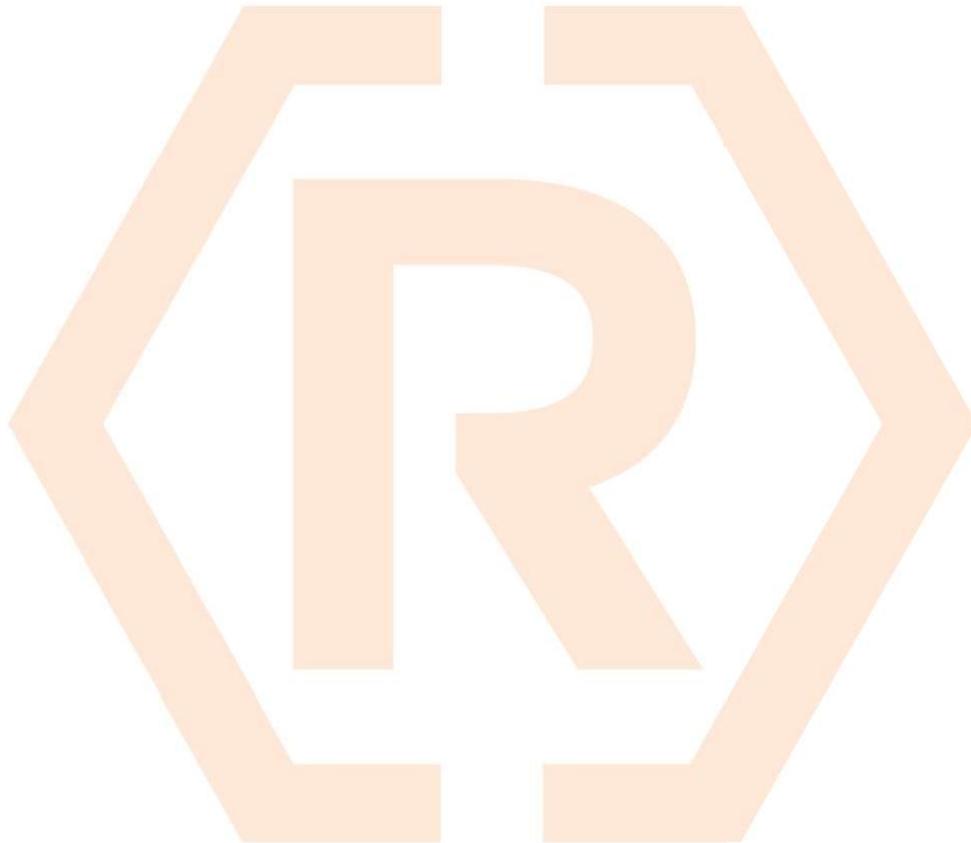


**13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho de Administração, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de qualquer valor para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a remuneração pela função que ocupam.

\* \* \*



**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecidos, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas da Companhia**



13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

<b>Exercício Social 2021 (Previsto)</b>			
<b>R\$</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladas do Emissor	-	390.462	390.462

<b>Exercício Social 2020</b>			
<b>R\$</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladas do Emissor	-	390.462	390.462

<b>Exercício Social 2019</b>			
<b>R\$</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladas do Emissor	-	504.854	504.854

<b>Exercício Social 2018</b>			
<b>R\$</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladas do Emissor	-	504.854	504.854

\* \* \*

### 13.16 - Outras Informações Relevantes



#### 13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante.

Não existem outras informações relevantes. Todos os fatos relevantes foram divulgados nos tópicos anteriores.

\* \* \*



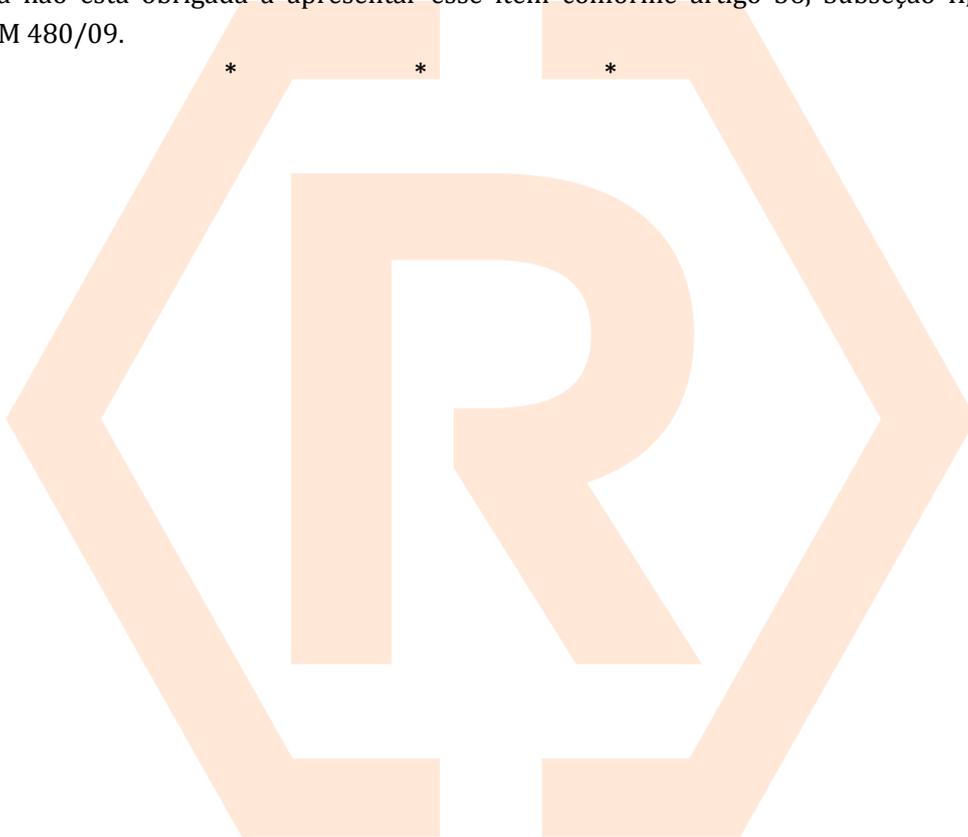
## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos



**14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**

- a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**
- b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**
- c. índice de rotatividade**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos



### **14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados**

**14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:**

**a. política de salários e remuneração variável**

**b. política de benefícios**

**c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:**

**i. grupos de beneficiários**

**ii. condições para exercício**

**iii. prazos de exercício**

**iv. prazos de exercício**

**v. quantidade de ações comprometidas pelo plano**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\*

\*

\*

**14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos****14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos



### 14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR</b>						
00.627.638/0001-57	Brasileira-DF	Não	Não	31/05/2019		
Não						
	10.543.200	15,580%	0	0,000%	10.543.200	15,580%
<b>XOROQUE PARTICIPAÇÕES S.A.</b>						
10.338.619/0001-64	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/12/2016		
Não						
	44.008.031	65,010%	0	0,000%	44.008.031	65,010%
<b>OUTROS</b>						
	13.133.049	19,400%	0	0,000%	13.133.049	19,400%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	7.349	0,010%	0	0,000%	7.349	0,010%
<b>TOTAL</b>						
	67.691.629	100,000%	0	0,000%	67.691.629	100,000%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
XOROQUE PARTICIPAÇÕES S.A.				10.338.619/0001-64		
<b>Fit Participações SA</b>						
07.021.622/0001-45	Brasileira-RJ	Não	Sim	07/01/2014		
Não						
52.351.220	100,000	0	0,000	52.351.220	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
52.351.220	100,000	0	0,000	52.351.220	100,000	

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fit Participações SA				07.021.622/0001-45		
<b>JOÃO MANUEL MAGRO</b>						
593.596.768-53	BRASILEIRO-SP	Não	Sim			
Sim	JOÃO MANUEL MAGRO		Física	593.596.768-53		
7.500.000	100,000	0	0,000	7.500.000	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
7.500.000	100,000	0	0,000	7.500.000	100,000	

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	30/04/2021
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	5.825
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	33
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	1

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

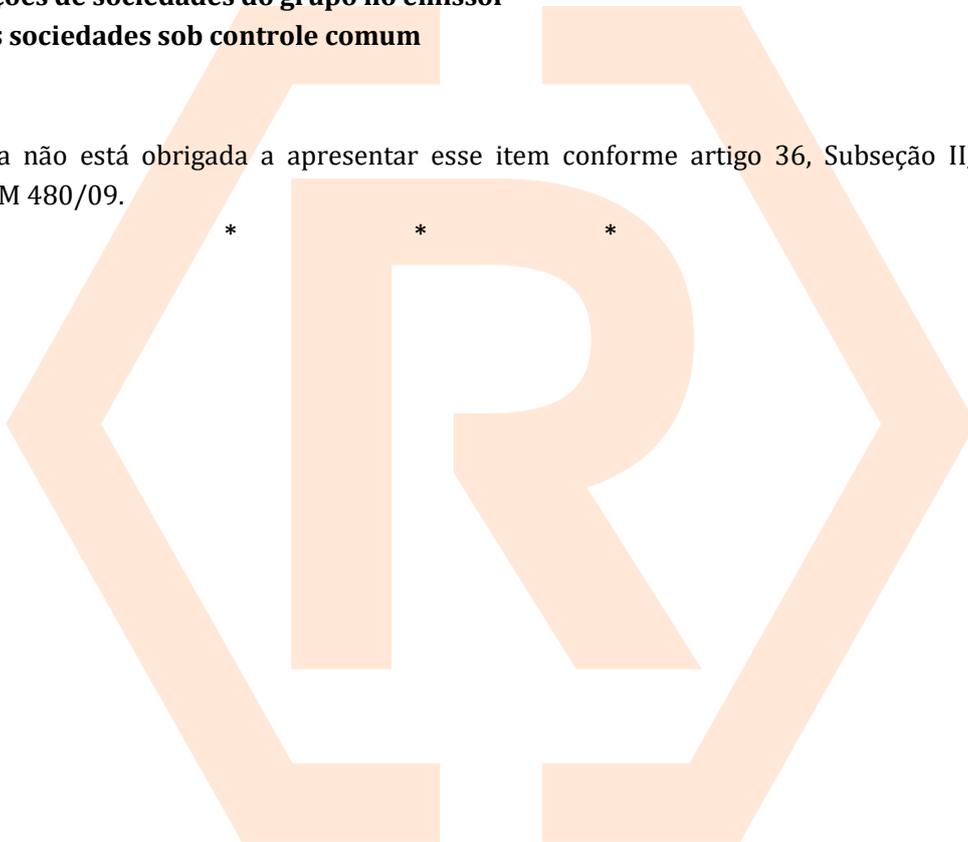
<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	23.650.947	34,939%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	23.650.947	34,939%

**15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico**

**15.4. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:**

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações**
- b. principais controladas e coligadas do emissor**
- c. participações do emissor em sociedades do grupo**
- d. participações de sociedades do grupo no emissor**
- e. principais sociedades sob controle comum**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



**15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**

**15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:**

- a. partes**
- b. data de celebração**
- c. prazo de vigência**
- d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**
- e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**
- f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**
- g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

## 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor



### 15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 15.7 - Principais Operações Societárias



**15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas<sup>43</sup>:**

**a. evento**

**b. principais condições do negócio**

**c. sociedades envolvidas**

**d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor**

**e. quadro societário antes e depois da operação**

**f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econô



### 15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas



**16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## **16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

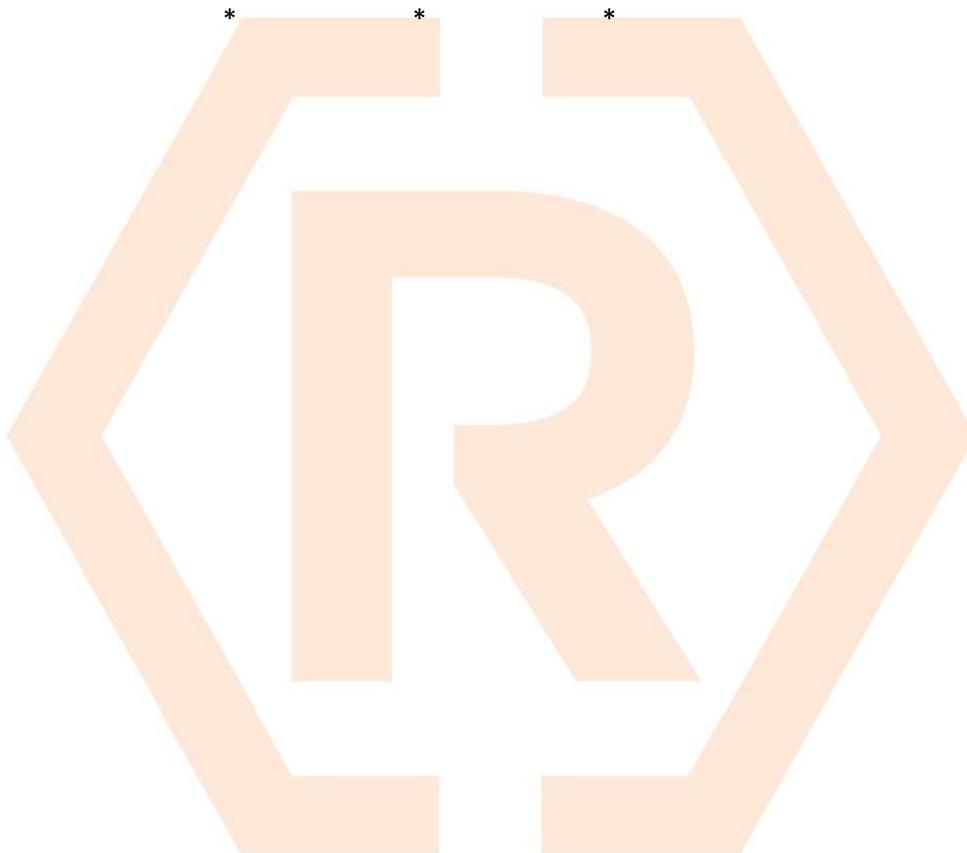
### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

**16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes



### 16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
29/01/2016	208.713.674,85		67.691.629	0	67.691.629

**17.2 - Aumentos do Capital Social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/12/2014	Assembleia Geral Extraordinária	16/12/2014	59.840.318,79	Subscrição particular	211.702.736	0	211.702.736	40,20000000	0,28	R\$ por Unidade

**Critério para determinação do preço de emissão**

O preço de emissão foi fixado com base no critério de cotação das ações no mercado, de acordo com o inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei nº6.404/76 e com o Parecer de Orientação da CVM nº 01/1978

**Forma de integralização**

Por meio de capitalização de crédito devido pela majoritária

**17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Grupamento</b>						
29/01/2016	1.353.832.578	0	1.353.832.578	67.691.629	0	67.691.629

## **17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não ocorreu redução de capital.

## 17.5 - Outras Informações Relevantes



### 17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 18.1 - Direitos Das Ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	A quantia necessária para a distribuição a todos os acionistas de um dividendo obrigatório correspondente a 10% do capital social realizado ou a 25% do lucro líquido ajustado da Companhia, apurado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, prevalecendo o que for maior;
<b>Direito a voto</b>	Restrito
<b>Descrição de voto restrito</b>	A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações de Assembleia Geral, salvo na hipótese do artigo 141, "caput", da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não Aplicável
<b>Outras características relevantes</b>	Não Aplicável

---

## 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública



**18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



### 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto



#### 18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados****Exercício social 31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.918.799	5,56	2,05	R\$ por Unidade	4,28
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.057.082	3,25	2,45	R\$ por Unidade	2,94
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.005.042	3,15	2,54	R\$ por Unidade	2,81
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.650.510	2,97	2,51	R\$ por Unidade	2,79

**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.563.306	3,08	2,98	R\$ por Unidade	2,83
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.384.261	2,56	1,74	R\$ por Unidade	1,87
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	116.829.687	12,94	1,83	R\$ por Unidade	5,49
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.728.177	5,90	4,69	R\$ por Unidade	5,03

**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.188.375	8,89	6,80	R\$ por Unidade	7,83
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.720.303	7,20	4,77	R\$ por Unidade	6,01
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	750.440	4,70	3,59	R\$ por Unidade	4,23
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.643.013	3,65	2,99	R\$ por Unidade	3,33

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

## 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação



**18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

## 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição



**18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários emissor**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



**18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

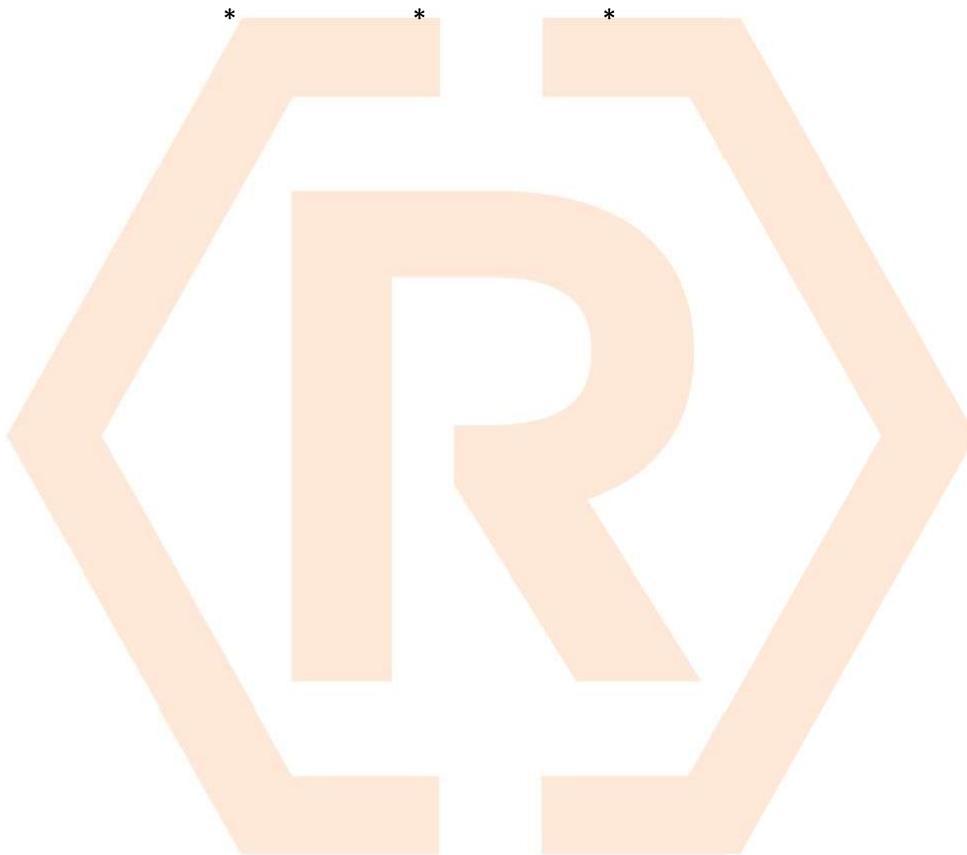
**18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:**

**a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

**b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

**c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



## 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição



### 18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários



### 18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## **19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.”

## **19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

### 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria



#### 19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## **20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

## 20.2 - Outras Informações Relevantes



### 20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações



**21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

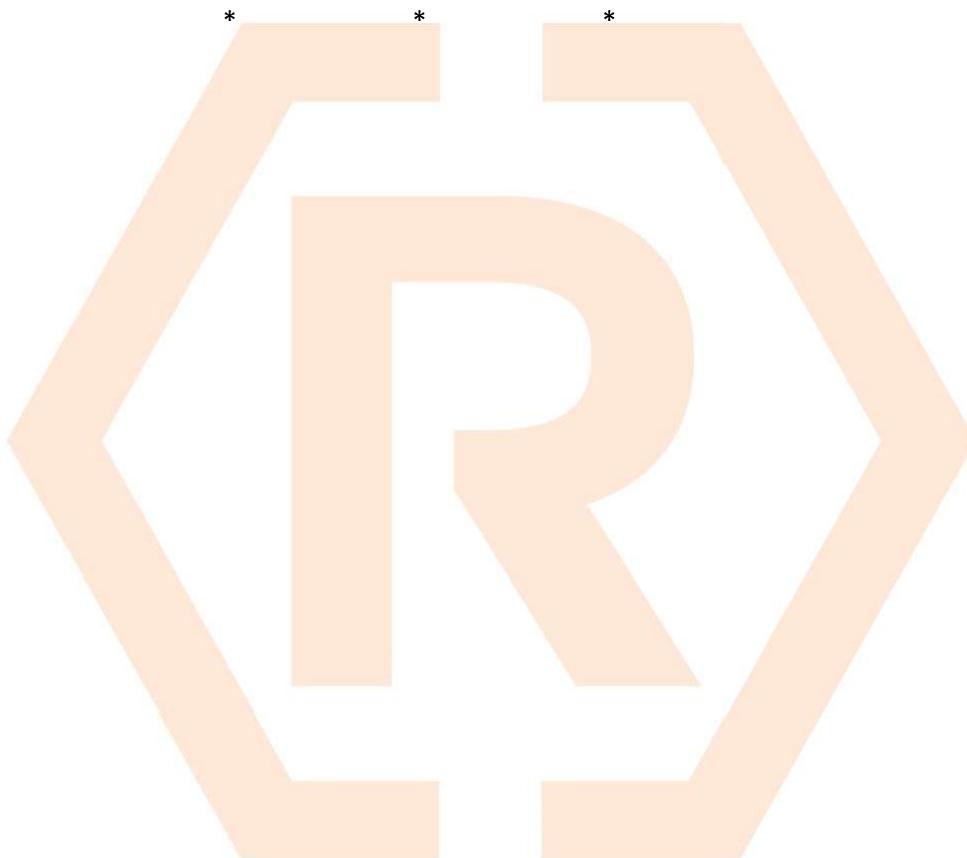
\* \* \*



**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

**21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.



### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**



**21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*



## 21.4 - Outras Informações Relevantes



### 21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não está obrigada a apresentar esse item conforme artigo 36, Subseção II, Seção III da Instrução CVM 480/09.

\* \* \*

